

CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO - UNILEÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL

GERALDO BARROS JUSTINO

**SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS: CONTRIBUIÇÕES PARA A
FORMAÇÃO POLÍTICO-PROFISSIONAL COM A REAFIRMAÇÃO DA
APROXIMAÇÃO DA CATEGORIA AOS MOVIMENTOS POPULARES.**

JUAZEIRO DO NORTE-CE

2018.1

GERALDO BARROS JUSTINO

**SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS: CONTRIBUIÇÕES PARA A
FORMAÇÃO POLÍTICO-PROFISSIONAL COM A REAFIRMAÇÃO DA
APROXIMAÇÃO DA CATEGORIA AOS MOVIMENTOS POPULARES.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Banca Examinadora, como exigência para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio.

Orientadora: Prof.^a Ma. Maria Clara de Oliveira Figueiredo.

JUAZEIRO DO NORTE- CE

2018.1

GERALDO BARROS JUSTINO

**SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS: CONTRIBUIÇÕES PARA A
FORMAÇÃO POLÍTICO-PROFISSIONAL COM A REAFIRMAÇÃO DA
APROXIMAÇÃO DA CATEGORIA AOS MOVIMENTOS POPULARES.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Banca Examinadora, como exigência para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio.

Orientadora: Prof.^a Ma. Maria Clara de Oliveira Figueiredo

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Ma. Maria Clara de Oliveira Figueiredo
Orientadora

Prof. Esp. Pedro Adjedan David de Sousa
1º Examinador

Prof. Ma. Márcia de Sousa Figueiredo Teotônio
2º Examinadora

*Jheys
Pachecos
Cafés
Dandaras
Marielles*

Presentes! Sempre!

*Aos nossos mortos,
Nenhum minuto de silêncio.
Mas, toda uma vida
De luta!*

AGRADECIMENTOS

Quero inicialmente colocar que, me reconhecendo enquanto um sujeito social, cultural, político, humano e espiritual, devo muita gratidão a todo o meu percurso, que, me permitiu compreender que sou um ser único, porém, com um universo e, este, não existe se não de maneira coletiva. O caminho que tenho trilhado mostra que sou sujeito coletivo, e, assim, devo me colocar enquanto possível participante na coletividade das pessoas e do mundo.

“ Companheiro (a), me ajude, que eu não posso andar só. Eu sozinho ando bem, mas com você, ando melhor! ”

Desconheço a autoria desta frase/canção, mas, coloco aqui toda a representação que ela carrega, inclusive pelos contextos nos quais ela sempre esteve presente, em meio aos movimentos sociais e culturais.

Estes últimos anos têm sido um tempo de possibilidades de reaproximação, ressignificação, ou compreensão das minhas ligações com a espiritualidade, por isto agradeço a Deus e aos guias espirituais que me acompanham, e, também, às pessoas que estiveram envolvidas em cada um dos momentos durante esta caminhada em busca destas compreensões, que continua e deverá estar sempre em curso.

Agora, também em tom de início, sou grato imensamente a minha família, principalmente os que tudo compartilham comigo, dentro de casa e na vida. São minha casa! São minha vida! Rosa, Rosinha, minha Mãe! Nezin, o homem do um real, meu Pai! As maiores representações de amor e de força que posso carregar para a vida! Raquel e Raqueline, minhas irmãs as maiores figuras de companheirismo e cumplicidade que pude ter nesta vivência. Com estas pessoas se materializa o que pode haver de mais bonito no compartilhamento de uma caminhada, pois, nela existem todas as alegrias, dificuldades, decepções e realizações da vida, não deixando de existir a força, apoio e amor que são pedras fundamentais em nossa família.

Durante o contexto acadêmico, quero colocar minha gratidão por diversos ciclos que estiveram presentes nesta caminhada:

Ao grupo de Jovens da Pastoral da Juventude – JUSC, o qual ficou para a vida como uma família onde vamos sempre compartilhando a força e o amor presente entre cada um e cada uma, ao nos encontrarmos, nas boas e nas difíceis situações, Lilia, Isabel, Aylla, Magda, Willian, Felipe, Mikaely, Tamires, Taís, Myrths, Mila, Milena, Tayane, Lucas, Raqueline, Raquel, Maria Luiza, Ricardo, Elizabete, Mãe França, assim como à diversas outras pessoas que também conviveram comigo nas atividades da Comunidade de Santa Luzia;

À turma e professores (as) do curso de Educação Física do IFCE Juazeiro do Norte, por onde fiz uma rápida e importante passagem, na turma pela qual sinto-se acolhido até hoje, principalmente nas pessoas de: Priscila Ingryd, Isabelle Barbosa, Cícero Hugo, Luana Lanzana, Núbia Lacerda, Darc Macêdo, Ketney Karol, Emanuela Mendes, Valéria Borges, Luíz Carlos, Paulo Alberto, Pedro, Kleber Mateus, Mateus Alves, Tailane Carvalho, e, enquanto professora, principalmente a Elisa Floro, um anjo na vida;

Às pessoas das quais foi possível me aproximar durante o também rápido período o qual passei no curso de Odontologia da UNILEÃO;

Ao Coletivo Hora do Chá, nas pessoas da Suzana Carneiro, Jerônimo Gonçalves, Andréa Sobreira, Gonçalves Vicente, Amilton Duarte, Raylla Brito, Leonardo Alves, Raqueline Barros com os quais pude compartilhar maravilhosas vivências artísticas e humanas no mundo teatral;

Ao Grupo Corrente Negra na pessoa do Nilson Matos, Grupo Cícera de Experimentos Cênicos na pessoa do Luka Severo e Cia Mákara de Teatro na pessoa da Wiarley Spears, além de diversas pessoas das quais pude me aproximar a partir da aproximação ao Centro de Artes da Universidade Regional do Cariri, com as quais pude compartilhar importantes momentos para minha construção enquanto ser humano-artístico-cultural;

Às turmas dos Estágios e Vivências na Realidade do Sistema Único de Saúde – VERSUS, na versão 2015.1 do Vale do São Francisco (Petrolina – PE e Juazeiro – BA) na qual pude participar como vivente, e na versão 2018.1 do Cariri (Crato – CE), na qual pude contribuir enquanto facilitador, além de ser sempre vivente. Destas experiências trago forte carga teórica, política, emocional e de relações pessoais as quais certamente caminharão comigo por todas as minhas estradas. Serei eternamente grato pelas pessoas que pude conhecer imerso nestas vivências renovadoras.

Um agradecimento mais que especial à Trupe dos Pensantes, meu grupo de teatro, o qual eu vivo, em todos os sentidos, nos mais bonitos e também difíceis, na tentativa de seguir caminhando construindo a arte enquanto uma ferramenta de transformação social, que possa aos mais diversos povos, que, por vezes são marginalizados e não possuem acesso a diversas formas de expressão artístico-culturais. Por isso, muita gratidão à cada um e cada uma que por dentro da Trupe já fizeram parte desta história: Carla Hemanuela, Stella Bonfim, Lorena Gonçalves, Danilo Brito, Leonardo Santos, Raqueline Barros, Ailton Jesus, Hugo Matheus, Bruno Tavares, Luanna Pinheiro, Bebeto Junior, Luiz Fernando, Carol Menezes, Ana Floresta, Pértrousson Fidélis, Bruno Barbosa, Cristiano Araújo, Alysson Dias, Jeferson Vieira, Dona Vera, Cleiton Araújo, Davi Sobreira, Mateus Brito, Kleber Benício, Ana Carla, Livia Castro, e

também neste espaço coloco a gratidão ao Grupo Cena Fórum, de Caucaia – CE, que foram importantes parceiros em momentos de nossa caminhada enquanto grupo: Maira Abreu, Roney Winchester, Gabriela Brígido e Jhonatan Santos.

Registro também a gratidão infinita à toda a companheirada do Levante Popular da Juventude e da Consulta Popular, espaços aos quais credito grande parte da minha formação política, social e humana. Cada um e cada uma em especial tiveram e terão sempre um espaço em mim, pois, a partir da vivência imerso nos movimentos sociais pude, de maneira mais aproximada e comprometida, abrir os olhos aos processos de opressão pelos quais todo o nosso povo passa cotidianamente, e, neste meio, foi possível enxergar um norte para onde ir, e um caminho pelo qual caminhar, que é a estrada da organização coletiva, na construção da luta popular em defesa do povo, que não está distante, mas, na própria rua, na comunidade, na cidade, Estado, está em todos os cantos do Brasil, e é um povo que é diverso. Gratidão à todas estas pessoas que, em algum momento cruzaram meu caminho, em especial ao povo do Cariri, que certamente infelizmente não conseguirei aqui completar a enorme lista: Raquel Barros, Emille Sampaio, Marina Rabello, Jéssica Alencar, Crys Kelly, Joci Barreto, Lívio Diego, Cleitin Neto, Tiago Barroso, Genival Junior, João Paulo, Jessica Lima, Ana Patrícia, Patricia Malcovick, Rhamon Costa, Francisco Marcelo, Ionny Almeida, Adriana Dantas, Fernando Fernandes, Weldes Alexandre, Karol Maia, Juliana Costa, Alyne Araújo, Raqueline Barros, Andressa Gregório, Felipe Elker, Alex Nascimento, Andy Queiroz, Anderson Félix, Gonçalves Vivente, Aryel Sousa, Lorena Gonçalves, Suzana Carneiro, Ruth Ripardo, Jerônimo Gonçalves, Ana Larissa, Ângela Cruz, Romison, Priscila Lopes, Bruna Jaine, Jarbas Vasques, Paula Natalice, Cida Pereira, Dorinha Santos, Iara Gonçalves, Jayne Pinheiro, Jonas Silva, Roberto Cunha, Manoel Leandro, Jorge Soares, Karina Fialho, Lucas Alencar, Luca, etc. Dentre estas pessoas quero contemplar diversas outras que também trilharam este caminho, inclusive de outras regiões do Estado e do País, além de pessoas de diversos outros movimentos parceiros que estiveram sempre lado a lado nesta caminhada. Vocês foram essenciais!

Gratidão às companheiras e companheiros especiais que ainda não foram citados (as), e, de alguma forma (ou muitas) estiveram me acompanhando, e acompanhando inclusive as sensações durante a construção deste trabalho, os (as) quais também citarei correndo o risco de não contemplar todas as pessoas, porém, sabendo que cada um (a) que o possui, sabe que tenho este carinho especial: Karol Vieira, Lucas Rozal, George Wilson, Arthur Batista, Roberto Batista, Jonatan Santos, Raquel Dantas, Nívia Soares, Bárbarah Hayane, Eddi Araújo, Richelle Marques, Beatriz Araújo, Junior Oki, Aline Paiva, Priciany Yarla, Leonardo Soares, Denilson Félix, Henrique Tavares, Monallysa Melo, Carol Firmino, Karol Macêdo, Paloma de Clécia,

Mônica Sales, dentre tantas outras que talvez, mesmo que não saibam, são força para continuar as caminhadas.

Me aproximando dos momentos finais deste importante espaço de relembrar as pessoas e espaços, que, sem eles (as), possivelmente não haveria chegado neste ponto, ou não da mesma forma, quero agradecer também à minha turma do Curso de Serviço Social, 189, que, apesar de todos os trancos e barrancos, dificuldades, caminhou se apoiando dentro dos limites e possibilidades durante estes quase quatro anos. Fica o desejo de que cada uma de nós possamos trilhar novos e maiores caminhos com o compromisso ético e político profissional sobre o qual nos pautamos para a atuação que nos propomos a fazer.

Neste contexto da turma, coloco a eterna gratidão especial ao “Quinteto Fantástico”, como carinhosamente nos identificamos: Amanda Augusto, Kétilly Fernanda, Williane Santos e Bárbarah Byanca. Entre nós, na grande parte do curso, soubemos que sempre encontraríamos o apoio e a força necessária, além do carinho e alegrias, a compartilhar. Caminhamos juntas, nutrimos um imenso amor, e que este cresça, floresça e se reproduza para os próximos capítulos de nossas vidas!

Por fim, quero agradecer de uma maneira mais que especial aos profissionais do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, que, por mais que seja um espaço privado recheado de contradições, foi o espaço onde se constituíram as possibilidades de construção de conhecimento e compromisso com a formação profissional no âmbito do Serviço Social. Desta forma, agradeço às (aos) professoras (es) nas pessoas da Dalva Silva, Jéssyka Ribeiro e Márcia Teotônio, além da minha orientadora neste trabalho, Maria Clara, que com maestria acompanhou esta pesquisa com compromisso profissional, ético e humano. Agradeço aos porteiros/seguranças na pessoa do Damião, às pessoas da limpeza/serviços gerais nas pessoas da Dhyarlla Bereghy e Dona Fanca (Francisca), às profissionais da biblioteca na pessoa da Fran, às recepcionistas na pessoa da Jhulianny, às estagiárias da COPEX na pessoa da Annie France, às pessoas da lanchonete na pessoa do Sr. Lusmário, e aos demais profissionais de outros setores na pessoa da Ana Késia. Todas estas tiveram igual e fundamental importância durante todo o processo de passagem por este contexto acadêmico, e, por cada palavra, cada sorriso, cada aperto de mão, cada ‘bom dia’, minha eterna gratidão!

“Por um mundo onde sejamos
socialmente iguais, humanamente diferentes
e totalmente livres”

(Rosa Luxemburgo)

RESUMO

O presente trabalho pretende refletir acerca da relação entre os Movimentos Sociais e o Serviço Social, inseridos no contexto de luta de classes em uma conjuntura capitalista brasileira. Trata-se de um estudo bibliográfico e de campo de caráter qualitativo, à intento de avaliar os limites e possibilidades que existem nas contribuições da aproximação dos movimentos à categoria e à formação política e profissional no ambiente acadêmico. Para tal, a análise será realizada com base na experiência de organização junto ao movimento social Levante Popular da Juventude, dentre outros do mesmo campo político e, com foco no espaço institucional da UNILEÃO, tendo análise a partir de falas de estudantes e egressos da instituição que durante o momento da graduação estiveram inseridos no âmbito dos movimentos sociais. Tal relacionamento, configura forte contributo para o processo de apreensão e comprometimento de fato com o projeto ético-político e profissional, porém, encontra-se fragilizada diante dos desafios frente à guinada conservadora neoliberal.

Palavras chaves: Formação política-profissional. Movimentos Sociais. Serviço Social.

ABSTRACT

The present work intends to reflect on the relation between the Social Movements and the Social Service, inserted in the context of class struggle in a Brazilian capitalist conjuncture. It is a bibliographical and qualitative field study, in an attempt to evaluate the limits and possibilities that exist in the contributions of the rapprochement of the movements to the category and to the political and professional formation in the academic environment. To this end, the analysis will be based on the experience in the social movement Levante Popular da Juventude, among others in the same political field, and focusing on the institutional space of UNILEÃO, having an analysis based on statements by students and alumni of the institution which during the graduation period were included in the scope of social movements. This relationship is a strong contribution to the process of apprehension and commitment to the ethical-political and professional project, but is fragile in the face of the challenges facing the conservative neoliberal shift.

Keywords: Political-professional formation. Social Movements. Social Service.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS – Agência Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

AP – Ação popular

CA – Centro Acadêmico

CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CBCISS – Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

CP – Consulta Popular

EAD – Ensino a Distância

ENESSO – Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social

FBP – Frente Brasil Popular

FPSM – Frente Povo Sem Medo

IES – Instituição de Ensino Superior

IFCE – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

JEC – Juventude Estudantil Católica

JOC – Juventude Operária Católica

JUC – Juventude universitária Católica

LGBTQI+ - Lésbica, Gay, Bissexual, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexuais

LPJ – Levante Popular da Juventude

MAB – Movimento dos Atingidos Por Barragens

MESS – Movimento Estudantil do Serviço Social

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MST – Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra

NMS – Novos Movimentos Sociais

ONG – Organização Não-Governamental

PT – Partido dos Trabalhadores

REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SUS – Sistema Único de Saúde

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNILEÃO – Centro Universitário Dr. Leão Sampaio

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 – MOVIMENTOS SOCIAIS E LUTAS DE CLASSES: ABORDAGENS CLÁSSICAS E CONTEMPORÂNEAS.	18
1.1 CONTEXTO HISTÓRICO DO SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA CATEGORIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.	18
1.2 - MOVIMENTOS SOCIAIS NA ATUALIDADE – VIVÊNCIAS NO LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE.	36
CAPÍTULO 2 – SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS: UM CAMINHO AINDA TRILHADO LADO A LADO?	43
2.1 – O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL E SUA APROXIMAÇÃO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS.	45
2.2 – NOVOS QUADROS SÓCIO-HISTÓRICO-POLÍTICOS POSTOS AO SERVIÇO SOCIAL E À SOCIEDADE, E OS DESAFIOS DE MANTER RELAÇÕES JUNTO AOS MOVIMENTOS.	55
CAPÍTULO 3 - SERVIÇO SOCIAL NA UNILEÃO: VIVÊNCIAS DE ESTUDANTES COM MOVIMENTOS SOCIAIS.	67
3.1 – PERCURSO METODOLÓGICO.....	67
3.2 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS DA PESQUISA	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS	84

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é a experimentação da materialização, a partir das palavras, do resultado das visualizações e percepções de uma construção que é coletiva, que se constituiu até o momento, e se propõe a abraçar/abarcara o espaço que se propõe alcançar sobre as relações sociais. É o entrelaçamento da: vivência, enquanto ser humano singular-coletivo; sujeito (s) social (is), que caminham sobre o terreno da realidade dinâmica, diversa e desafiadora; experimentação, a partir do despertar ao permitir-se e enxergar a necessária participação política pelas mais diversas vias; estudo, considerando variadas as vias de construção do conhecimento, que, transcende às limitações da incompreensão dos saberes extra acadêmicos ou externos aos espaços legitimados enquanto delimitadores da formulação do saber; cultural, que, bebe da fonte das possibilidades de expressividades, sensibilidades, e, construção de alternativas à relacionar-se com a diversidade de indivíduos e grupos, e, com o mundo.

Considera-se aqui, a necessária reflexão histórica do caminhar das construções das relações sociais, como via de conhecimento de tempo e espaço, para que se gestem as possibilidades de interação e intervenção no meio político, social, econômico, cultural, dentre as demais vias que permeiam as relações na sociedade. Tendo por ponto de partida a visualização de uma conjuntura na qual existe uma suprema massa social oprimida, explorada pelas construções enviesadas do modo de ser, pensar e agir. Tendo por princípio a inegável necessidade da defesa da luta pela constituição de uma sociedade justa e igualitária, considerando o respeito às humanas diferenças, em todas as mínimas ações, que se considerem enquanto de cunho profissional, humano, político, social.

Desta maneira, houve a disposição à construção de um trabalho no âmbito acadêmico de Serviço Social, que se consiga visualizar a configuração dos conflitos, demandas, desafios e possibilidades sociais, que permearam também, a conformação da própria categoria profissional dentro de uma histórica busca dinâmica e controversa, tendo centralidade na busca pela compreensão dos autores desta história, posicionados em ambientes e perspectivas antagônicas no seio capitalista, havendo específico interesse à categoria dos Movimentos Sociais.

No decorrer desta breve explanação, há a discussão com base no próprio percurso atual do Serviço Social, sobre o inegável consenso da importante contribuição dos movimentos sociais populares e teorias as quais eles e deles (se) constituíram, como base para a conformação

da atual perspectiva de pensamento e intervenção crítica constatado no projeto ético e político da categoria profissional.

Bem como, considerando a destituição da inserção da categoria em uma bolha social, desta forma, pensando-a enquanto resultado da caminhada junto às transformações sociais, se considerarão os desafios desta, os limites impostos pelo inter-relacionamento conjuntural, e as perspectivas de possibilidades de construção interventiva no seio da sociedade.

A partir destes elementos, o que se constituiu como objeto deste estudo foi justamente esta relação entre o Serviço Social e os movimentos sociais dentro deste contexto de correlações de forças sócio-políticas na conjuntura social. Para tanto, o que se configurou enquanto objetivo geral deste constructo, foi a compreensão da dinâmica da realidade na qual se inserem ambas as categorias citadas, como elas a constituem e são por elas constituídas, e, neste seio, como se inter-relacionam para a construção e defesa de um projeto político, profissional e societário.

A partir do acima disposto, de maneira específica, os objetivos desta investigação foram a busca pela compreensão do significado dos movimentos sociais no contexto da luta de classes, tendo especificidade em determinado momento por haver a análise a partir da vivência dentro do movimento social Levante Popular da Juventude; para além, houve a tentativa de compreender se, e/ou porque há certo afastamento do Serviço Social em relação aos movimentos sociais/populares; após, o norte foi a análise da contribuição da vivência de estudantes em movimentos sociais/populares para o processo de formação profissional no decorrer do contexto acadêmico do curso de Serviço Social.

É possível e necessário demarcar a necessidade desta pesquisa quando se considera que, a dimensão política da vida é socialmente capilarizada em todos os espaços de vivência; nos movimentos sociais é a categoria central para se pensar a questão da organização das suas lutas e atividades; e, no âmbito do Serviço Social conforma uma das bases do tripé categórico: o ético-político.

Esta categoria de análise tem centralidade e justifica-se no decorrer deste trabalho, ao passo que é costurada nos demais pontos de discussão, e, pode-se pensar o aprofundamento do pensamento ético-político crítico do Serviço Social a partir da sua aproximação aos movimentos sociais. Porém, visualizando o quadro geral da categoria, no desenvolvimento de pesquisas e trabalhos relacionados aos movimentos, há forte déficit quando comparado ao montante de investigações relacionadas à outras especificidades ligadas à profissão.

Desta maneira, houve forte motivação para a construção desta pesquisa a partir da própria vivência no seio dos movimentos de cunho social, popular e artístico-cultural. Deve-se pontuar que, há, no contexto acadêmico e profissional, a constante necessidade do

fortalecimento das relações entre o Serviço Social e os movimentos, para que não se perca a afirmação da legitimidade do firmado projeto político da profissão, resgatando a tradição da mobilização popular a qual é demandada de maneira cada vez mais forte, tendo em vista o acirramento das lutas de classe no contexto nacional e internacional.

Este debate é movido por questões pontuais e problemáticas reais e pungentes no seio delimitado nos caminhos deste estudo. Desta maneira, pode-se sintetizar como problema de pesquisa, o questionamento sobre, em que nível a complexificação dos elementos conjunturais impulsionam e/ou desafiam o projeto profissional do Serviço Social, e, os movimentos sociais, ante o projeto societário que avança rumo à destituição dos direitos democráticos? Em relação ao delineamento das hipóteses se pôde reflexionar sobre se, será se a categoria do Serviço Social no contexto acadêmico e profissional ainda consegue se manter alinhado ao seu projeto ético-político?

Neste sentido, as bases de análise, como já citado, passam por, desde as construções coletivas a partir dos movimentos sociais como o Levante Popular da Juventude, MST e MAB, partidos políticos como a Consulta Popular, até as formulações presentes nos clássicos pensadores da categoria do Serviço Social, como a Marilda Vilela Yamamoto e o José Paulo Neto, da categoria das ciências sociais atrelada aos movimentos sociais como a Maria da Glória Gohn, e de autores que no tempo mais próximo vem desenvolvendo trabalhos no âmbito do Serviço Social, como a Clárisa Ribeiro e o Anderson Nayan Freitas.

Para a realização desta pesquisa adotou-se o método marxista materialista histórico dialético, a partir de uma pesquisa de caráter qualitativa, sendo um estudo bibliográfico e de campo, utilizando-se a técnica de entrevista grupo focal para a coleta de dados, onde se pode de maneira coletiva refletir acerca de uma questão comum. Foi desenvolvida com estudantes e egressos do curso de Serviço Social da UNILEÃO que, durante o período da graduação estiveram em algum momento inseridos em movimentos sociais. O trabalho foi desenvolvido entre os meses de março e junho do ano de 2018.

O trabalho pode se configurar como um convite, ou provocação, à reflexão para a ação, sobre o espaço social e político-profissional no qual vivemos, não apenas do Serviço Social, mas, de todas as humanas categorias, que se permitam perceber e indignar-se com a exploração, em todos os níveis, à qual o povo é submetido. Boa leitura!

CAPÍTULO 1 – MOVIMENTOS SOCIAIS E LUTAS DE CLASSES: ABORDAGENS CLÁSSICAS E CONTEMPORÂNEAS.

Nossa sociedade é configurada por classes, classes sociais. Vivenciamos um sistema capitalista, burguês. Existem classes que se contrapõem e se sobrepõem, e sobre estas classes, há a exploração de uma em detrimento de outra. Falando em realidade, há a classe burguesa que explora a classe trabalhadora. Em síntese, há esta configuração da sociedade, que pode ser sintetizada em trechos da Cartilha de Resoluções Políticas da Consulta Popular:

As classes sociais que compõe a sociedade capitalista – burguesia (proprietária dos meios de produção e organizada através do seu Estado, classe dominante) e proletariado (os trabalhadores e o povo em geral, classe dominada) – são inerentes a essa sociedade, e existirão enquanto o sistema existir. Elas sempre estão em luta entre si, de forma velada ou aberta, dada à contradição que rege a relação entre elas: relações sociais desiguais e injustas, o que interessa a uma não interessa à outra. Essa contradição é antagonica e inconciliável e é a base da luta de classes (RESOLUÇÕES POLÍTICAS – IV ASSEMBLEIA NACIONAL CARLOS MARIGHELLA – Consulta Popular, 2011, p. 57).

Imerso no debate sobre sociedade e luta de classes, é necessário haver centralidade em relação a como se deram diversos processos de mudanças sociais, e, neste ponto, é perceptível e necessário pensar o desenvolvimento e atuação dos movimentos sociais no desencadear destes processos.

No desenvolvimento deste pensamento, corroboramos e utilizamos por base, inicialmente, a proposta teórica e caminho metodológico organizada pela Maria da Glória Gonh, em sua obra intitulada ‘Teoria dos Movimentos Sociais – Paradigmas Clássicos e Contemporâneos’, para traçar um breve percurso a nível mundial das concepções acerca dos movimentos sociais e populares.

1.1 CONTEXTO HISTÓRICO DO SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA CATEGORIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.

Gohn (1997) aponta que, Marx, à respeito dos movimentos sociais, não formulou teorias específicas para tratar sobre esta categoria, assim como não se preocupou em desenvolver especificidades sobre o significado de classe operária, Estado ou categorias à que estas se relacionam. Sua preocupação e elaboração se pautou na análise sobre a sociedade Capitalista,

a centralidade da mercadoria neste processo, e como, a partir deste elemento a sociedade se estrutura.

Independentemente das especificidades nas quais cada sociedade se desenvolve, dentro dos modelos capitalistas haverão estruturas que irão convergir a características em comum. A centralidade na exploração, no acúmulo, nos meios de geração de lucro e riqueza – mais-valia, condicionam a possibilidade de constituição dos modelos de relações sociais.

Analisando o desenvolvimento dos pensamentos e registros de elaborações acerca dos movimentos sociais, é importante se fazer um resgate à nível mundial sobre estes processos. Porém, neste trabalho, a centralidade é o debate sobre as características a nível nacional, que possui todo um arcabouço e desenvolvimento recheado de especificidades, se pensarmos a conformação da sociedade e constituição da cidadania brasileira.

A Maria da Glória Gohn (1997) desenvolve análises a partir de uma linha de pensamento, onde passa pela avaliação de teorias clássicas e contemporâneas do pensamento norte-americano sobre ações coletivas e movimentos sociais, as quais são destacadas como os primeiros registros a este respeito; passando então aos paradigmas europeus sobre os movimentos sociais, e, findando na explanação e análise das especificidades dos paradigmas latino-americanos sobre os movimentos.

- ANÁLISES SOBRE O PARADIGMA NORTE-AMERICANO:

Na América do Norte os pensamentos clássicos sobre os movimentos sociais estariam relacionados ao próprio desenvolvimento da sociologia. É importante lembrar à que serviu e quais os parâmetros nos quais se nortearam o desenvolvimento destes estudos naquele determinado momento: - tendo cuidado para não apagar a movimentação das populações que sempre de alguma maneira organizaram formas de resistir à exploração -, destaca-se que o desenvolvimento da sociologia serviu aos interesses burgueses da época.

Gohn (1997) analisa que, a partir das abordagens clássicas, o desenvolvimento das ações sociais em caráter reivindicatório aconteciam motivados por processos de tensionamentos sociais, em que, individualmente, se processava a necessidade de respostas às situações postas, sem necessariamente haver um processo de avaliação e organização para o desenvolvimento da ação, logo, se atribuía como sendo uma reação psicológica esvaziada de racionalidade que pudesse desencadear um processo de contínua organização coletiva.

Com isto, utilizamos por base esta formulação que elenca cinco grandes correntes teóricas sobre ação coletiva:

1. A primeira grande teoria é destacada como A Escola de Chicago e os interacionistas: movimentos sociais como reações psicológicas às estruturas de privações socioeconômicas.

A Escola de Chicago teve forte influência sobre o desenvolvimento da sociologia enquanto investigação científica, e manteve por, pelo menos, quarenta anos (1910 – 1950) forte influência dentro desta área.

O nexos fundamental que nos leva a um interesse pela Escola de Chicago como uma das matrizes de produção teórica explicativa sobre os movimentos sociais é dado pela concepção de mudança social e pelo interesse particular de seus mestres pelos temas do “desenvolvimento de comunidade” e pelos processos de participação e educação “para o povo”. A participação dos indivíduos na comunidade teria um sentido integracionista, ou seja, por meio daquela participação, e utilizando-se de alguns mecanismos educativos, acreditava-se que era possível ordenar os processos sociais (GOHN, 1997, p. 27).

Desta maneira, percebe-se que o que se discutia era a necessidade de reforma social, porém, na óptica da Escola de Chicago, isto se daria a partir da interação entre o indivíduo e a sociedade a partir da mediação de sujeitos que seriam colocados como líderes, havendo neste entremeio, a sociologia assumindo o papel de fornecedora do subsídio teórico e investigativo necessário para o desencadeamento de reflexões que sustentassem as possibilidades de reformas.

Atribuía-se à figura dos líderes o crédito por conformar a figura dos movimentos sociais, que seriam resultados dos conflitos entre as populações, em que o líder deveria ter inteligência e legitimidade para controlar e mostrar caminhos à estas massas.

Porém, ainda dentro das reflexões acerca das contribuições da Escola de Chicago, se tem no teórico Herbert Blumer (1939) algumas das principais contribuições acerca da caracterização dos Movimentos Sociais.

Blumer tratou os Movimentos Sociais como “empreendimentos coletivos para estabelecer uma nova ordem de vida”. Ele aponta que a energia motriz para a organização dos movimentos são a inquietação social, insatisfação, desejo e esperança de mudança para novos sistemas. Ele visualiza um caminho pelo qual os movimentos transitam para seu progresso, em que, inicialmente não há expressividade e pouca organização, até chegar em um momento em que se assemelham à uma sociedade, em que há pilares organizacionais, figuras firmes para sua condução e todo um arcabouço estrutural.

Há pontos importantes em sua contribuição em relação à caracterização e categorização que Blumer fez sobre os movimentos (que inclusive alguns destes elementos podem ser visualizados nos movimentos sociais atuais, e facilitar sua compreensão), que são a divisão nas

categorias: genéricos, específicos e expressivos; e a caracterização de cinco mecanismos responsáveis pelo desenvolvimento e crescimento do movimento: a agitação, o desenvolvimento de um *esprit de corps*, de uma moral, a formação de uma ideologia e, finalmente, o desenvolvimento de operações táticas (GOHN, 1997).

2. A segunda teoria do paradigma clássico sobre os movimentos sociais é destacada como sendo sobre “Sociedade de Massas”. Nesta corrente foram mais os expressivos representantes Eric Fron (1941), Hofer (1951) e Kornhouse (1959). Estes, segundo Gonh, tomaram por base produções que analisavam os movimentos a partir de um viés de certa forma negativa, com associações enviesadas de situações relacionadas à violência como sendo características destes, como por exemplo, citada ações durante a Revolução Francesa.

A preocupação centrou-se na análise do comportamento coletivo das massas que conformavam os movimentos, considerando suas ações resultantes de processos deficientes em termos de racionalidade, motivados pela insatisfação gerada pela condição de vida na qual estavam inseridas, como a seguir destaca-se:

A nova corrente estava mais preocupada com o totalitarismo, com os movimentos não-democráticos, com a alienação das massas, a perda de controle e a influência das elites culturais, e com o desamparo das massas para encontrar tipos substanciais de racionalidade à elaboração política, numa sociedade dominada cada vez mais por tecnologias complexas (GOHN, 1997, p. 36).

3. A terceira corrente teórica do paradigma clássico trata sobre uma “abordagem sociopolítica” e tem como seus principais teóricos S. Lipset e R. Heberle. Era um momento em que a necessidade de discutir a dinâmica social se tornava cada vez mais emergente a partir de um viés político.

S. Lipset e R. Heberle articularam a problemática das classes sociais e das relações sociais de produção – dois marcos fundamentais do paradigma das lutas sociais em sua versão marxista – para a compreensão de comportamentos coletivos do tipo político partidário. O comportamento dos eleitores, a mobilização partidária e o poder político dos diferentes grupos e facções foram estudados para entender processos de mudança social na América latina, no caso de Lipset, e para entender revoluções e conflitos entre as nações, como o nazi-fascismo etc., no caso de Heberle (GOHN, 1997, p. 37).

As reflexões e elaborações trazidas dentro desta corrente teve forte contributo para a compreensão do movimento social como um todo complexo e recheado de particularidades, porém, com pontos de convergência que visam algo comum, além de contribuírem para a

possibilidade de se colocar em pauta as funções dos movimentos sociais, e, logo, o que representam socialmente.

Desta maneira, poderia se perceber que esta complexidade era também representação da própria sociedade, e que, este debate não poderia se furtar de tocar em elementos que aproximassem a política, a cultura, as classes, os meios de produção.

Gohn (1997) coloca que a partir de Heberle, dentro dos parâmetros das abordagens clássicas, foi aberto a gama de reflexões a serem feitas sobre as ações coletivas a serem consideradas como movimentos sociais, como as lutas dos camponeses, socialistas e negros e negras, por exemplo.

4. Na quarta teoria do paradigma clássico, destacada como: “o comportamento coletivo sob a ótica do funcionalismo”, é retomada com certa veemência as abordagens comportamentalistas acerca da análise do coletivo. Existe dentro dessa abordagem, denominada funcionalista a indicação de que as ações coletivas seriam motivadas pelo senso individual que, movido por descontentamentos sociais, se utilizaria dos espaços dos movimentos para solucionar determinada situação, sem necessariamente haver preocupação com uma concepção macro de necessidade de transformação social. Estas reflexões seriam mais específicas dentro da ótica de Parsons.

Gohn (1997) aponta que Turner e Killian (1957) foram outros grandes representantes desta corrente, tendo retomado diversas reflexões da Escola de Chicago, de interacionistas, para resgatar o debate sobre os comportamentos coletivos dentro de elementos da psicologia social. Estes passam a considerar como um elemento importante para diferenciar movimentos sociais de ações coletivas a questão da continuidade, que estaria presente na conformação de movimentos sociais. Suas reflexões foram posteriormente duramente criticadas por diversos teóricos que estudavam e elaboraram sobre movimentos sociais.

Ainda dentro das teorias comportamentalistas, outra forte influência, mesmo que por período limitado, foram as formulações de Smelser que para suas elaborações “elege o termo “comportamento coletivo” e as categorias “explosões coletivas” e “movimentos coletivos” para expressar o tipo de fenômeno social analisado como comportamento coletivo” (GOHN, 1997, p. 46).

5. A quinta teoria deste paradigma destaca “as teorias organizacionais-comportamentalistas”, e tem como principais pesquisadores Selznick (1952), Gusfield (1955) e Messinger (1955). Neste momento, um tanto mais contemporâneo, Gohn (1997) cita principalmente o Gusfield com importantes colocações elaborando por exemplo a categorização dos movimentos em: movimentos de classe, de status e expressivos.

Tiveram por base para suas elaborações, produções sobre a burocracia de Weber, e sobre as leis de ferro das oligarquias, de Michells (1959), para a compreensão acerca das relações nos agrupamentos em organizações com objetivos específicos.

- ANÁLISES SOBRE OS PARADIGMAS EUROPEUS:

Pensando os paradigmas europeus na análise do desenvolvimento dos Movimentos Sociais, Gohn (1997) traz uma avaliação ao que é colocado como os Novos Movimentos Sociais, nos quais são resgatadas as contribuições de alguns principais teóricos referentes aos NMS, e as correntes francesa, italiana e alemã, posteriormente fazendo uma análise sobre o paradigma marxista em relação aos Movimentos.

De maneira geral, a análise dos NMS traz um caráter de rompimento com o que é dito como paradigma tradicional marxista, ao qual alguns classificam como clássicos ou ortodoxos, e, com isto, há a emergência de influências pós-estruturalistas e pós-modernistas com a centralidade no pensamento sobre a cultura e ideologias. Este período data principalmente de a partir dos anos 1960.

[...] Touraine, Offe, Melluci, Laclau e Mouffe, entre outros, partiram para a criação de esquemas interpretativos que enfatizavam a cultura, a ideologia, as lutas sociais cotidianas, a solidariedade entre as pessoas de um grupo ou movimento social e o processo de identidade criado. (GOHN, 1997, p. 121).

Gohn (1997) destaca cinco características principais a respeito dos NMS, nas quais são consideradas:

1. A transformação do pensamento sobre a cultura, onde se deixa de lado sua compreensão enquanto determinada socialmente de modo a ser herdada de maneira estática pelos indivíduos sociais, e a sua relação com a ideologia enquanto ligação direta ao conceito de consciência de classe, a qual é marcada na abordagem marxista. A partir do pensamento pós-modernista haverá a centralidade nos “discursos como expressões das práticas culturais” (GOHN, 1997);

2. A negação do marxismo entendido como clássico ou ortodoxo, a partir da recorrente análise por parte de determinados teóricos e movimentos, que o consideram insuficiente quanto ao trato de especificidades no seio microssocial, que não poderiam ser contemplados a partir da análise marxista fundamentada na percepção de, segundes estes, da determinação das estruturas a partir do pensamento econômico;

3. O descarte do pensamento que explica a construção dos seres sociais enquanto produtos de determinações previamente definidas por estruturas anteriores às suas existências, havendo, deste modo, a consideração de estes sujeitos assumirem possibilidades de se construírem assumindo características relativas e distanciadas destas determinações, podendo desta maneira agir conscientemente contra as estruturas geradoras de opressão e exploração;

4. A redefinição e centralização da dimensão política, havendo a transferência desta, que, a partir dos paradigmas norte-americanos apenas eram presentes em níveis de poder macro estatais, para todas as dimensões de vida e relações da sociedade civil, de formas não necessariamente hierarquizadas;

5. “[...] os atores sociais são analisados pelos teóricos dos NMS prioritariamente sob dois aspectos: por suas ações coletivas e pela identidade coletiva criada dentro do processo.” (GOHN, 1997). Com isto, apesar de a questão da identidade não ter sido tratada pela primeira vez dentro do processo de reflexão dos NMS, há ênfase nesta categoria, porém, de maneira diferenciada de como foi anteriormente tratada (pensando a identidade de maneira individual), pois, desta vez a reflexão se daria a partir do processo de construção da identidade coletiva dos (as) sujeitos (as) sociais.

Há de se atentar, segundo Gohn (1997), que o que trata da teoria dos NMS não são indicados como sendo um novo paradigma teórico explicativo sobre os movimentos sociais, mas, uma parte do paradigma europeu que não é necessariamente algo novo, mas, se trata da reconstrução de elementos já discutidos no desenvolvimento de teorias já validadas, como a da ação social e suas contribuições clássicas como a weberiana e durkheimiana. E é possível completar:

Não foi só a teoria da ação social que forneceu substância teórica básica ao novo paradigma. Ela foi fornecida também pelos frankfurtianos – particularmente Adorno e Habermas – e pelos idealistas contemporâneos – Felix Guattari, Gilles Deleuze e, principalmente Michel Foucault. Com ênfases diferenciadas, eles foram os principais teóricos contemporâneos a alimentar as formulações e estudos sobre os chamados movimentos sociais alternativos: ecológicos, feministas, de homossexuais, de negros, pela paz etc. (GOHN, 1997, p. 132)

Há um clima de conflitos entre paradigmas em um contexto de reação ao estrutural-funcionalismo, onde se dá vazão à necessidade de retorno às reflexões dos fundamentos que norteiam todo o leque que envolve o debate sobre os movimentos sociais.

Neste contexto dos NMS há fortes influências das teorias de Habermas e Folcault, centrando as reflexões na ação dos indivíduos, o que, em momento de reação ao estrutural funcionalismo, possibilitou a aproximação às vertentes do pensamento em Marx e Weber, onde

há o desenvolvimento da teoria histórico-estrutural, e, ao mesmo tempo, houve a possibilidade de articulação entre perspectivas macro e micro em relação aos movimentos sociais e ações coletivas, além dos papéis sociais dos indivíduos.

Em relação a perspectiva micro no pensamento das relações sociais, há a atribuição de forma central à liberdade do indivíduo, que pode subverter em si e para si as determinações objetivas sociais e culturais. Esta abordagem acaba por negar um amplo processo de organização social constituído historicamente dentro das perspectivas sistêmicas, que atingem todos os campos da dimensão social, cultural e humana. Porém, torna-se um discurso – trazendo à tona o “sonho” da liberdade e possibilidades individuais – facilmente aceitável e incorporável aos anseios subjetivos dos atores sociais.

A partir do pensamento da liberdade individual, a qual pode ser tratada por autonomia dos indivíduos, se sustenta a ideia de que a nova construção individual superará processos de isolamento, possibilitando a interatividade de novos sujeitos, construindo alianças e formando redes sociais e culturais, categorias que ganham ênfase nos NMS.

Gohn (1997) descreve que, Guattari, um dos importantes teóricos sobre os NMS, abordou principalmente a questão dos movimentos sociais chamados “alternativos ou adeptos da contracultura de massas”. Nesta categoria, os via como movimentos que buscavam construir novas formas de organização e de análise do cotidiano, não sendo o intento central a busca de “capitalizar o poder ou saber”. Estas perspectivas de análise também encontraram bases analíticas na fenomenologia, principalmente em relação ao cotidiano e a cultura.

Porém, Gohn ainda classifica como a mais acertada avaliação sobre a vida cotidiana, presente nas reflexões do Habermas, da Escola de Frankfurt, que utiliza o conceito de “mundo da vida”, que possui duas vertentes, onde existe a dimensão em que os indivíduos estão permeados pelas relações constituídas socialmente as quais são automaticamente associadas às suas ações e pensamentos no convívio cotidiano; e existe a dimensão em que, a partir do convívio social, com o compartilhamento cultural e compreensão comum da certas determinações, há a possibilidade de, inicialmente de maneira subjetiva, haver o desenvolvimento de características individuais dentro dos mesmos grupos sociais.

Em termos teóricos, Habermas atribui dois papéis aos movimentos sociais: eles são vistos como elementos dinâmicos no processo de aprendizado e formação da identidade social; e os movimentos com projetos democráticos têm potencial para iniciar processos pelos quais a esfera pública pode ser revivida (Cohen, 1992: 524-532). Ou seja, os movimentos são vistos por Habermas como fatores dinâmicos na criação e expansão dos espaços públicos da sociedade civil (GOHN, 1997, p. 139).

A possibilidade de construção de novas maneiras de relações havendo o enfrentamento de formas engessadas em sociedade, passaria pela questão da consciência dos indivíduos, sendo que, neste ponto, Habermas é feliz ao não dissociar a consciência como sendo algo independente de questões materiais.

Como já citado anteriormente, segundo Gohn (1997), em relação aos NMS existiram três correntes principais, visto que, falar em NMS não determina a constituição de uma teoria singular sobre o paradigma Europeu. Desta maneira, assinalaremos pontuações recorrentes sobre as correntes francesa, italiana e alemã:

A **Corrente Francesa**, tem como principal teórico Alain Touraine, um dos que há mais tempo se debruçou sobre o estudo dos movimentos sociais. Suas teorias podem ser denominadas de paradigmas acionalistas, que em certo nível retoma um relacionamento com o funcionalismo, quando há o destaque sobre que “toda ação é uma resposta a um estímulo social”.

Touraine utiliza a noção denominada de projeto, para suas análises. Para ele, projeto se refere as situações e possibilidades que os atores sociais tem de configurar suas ações e pensamentos em contraponto ao que se constitui socialmente para se alargar enquanto convenção social.

Desta maneira, pode-se destacar que o centro da atenção de Touraine refere-se aos sujeitos ou atores histórico sociais, o qual os trata enquanto sujeitos que extrapolam os limites das possibilidades determinadas socialmente no seio da sociedade industrial, assumindo assim, características de sujeitos que se transformam e reivindicam enquanto sujeitos coletivos. Nesta perspectiva ele se afasta do pensamento de Marx, por exemplo, distanciando-se da noção do trato a partir de classes sociais.

Touraine coloca que os movimentos sociais se configuram como a ação do grupo, que é o ator coletivo, que deve reconhecer seu lugar na sociedade produtiva, e a partir daí avaliam como agir em relação ao adversário elencado. E ainda assinala que toda esta percepção deve passar pela compreensão de três categorias: classe, nação e modernização. Assinalava também que “todo movimento social é ao mesmo tempo um movimento de classe, um movimento anticapitalista, oposto à dominação estrangeira e voltado para a integração e a dominação nacional” (Gohn, 1997, p. 144).

Os movimentos sociais seriam expressões de conflitos, e em sua constituição haveriam três componentes centrais, que são “o ator, seu adversário e o que está em jogo no conflito”. Há de se atentar que estas avaliações consideravam o indivíduo, porém, inseridos em relações amplas em meio ao Estado, ao qual também o avaliava de forma distanciada de análises marxistas ortodoxas.

A **Corrente Italiana** teve como principal teórico Alberto Melucci, ao qual pode ser atribuído o desenvolvimento do paradigma da identidade coletiva.

Melucci traz uma abordagem mais psicossocial, combinando subjetividades individuais e a “análise das condições político-ideológicas de um dado contexto histórico”. Diferentemente da perspectiva de Touraine, o foco central são os sistemas microssociais, as ações coletivas dos indivíduos.

Em relação a teoria da ação coletiva, atribuíam-lhe a capacidade máxima de compreensão dos movimentos sociais, na qual se considerava que o contexto comum de determinados grupos e categorias possibilitava a reflexão individual e coletiva sobre a necessidade de organização. “Para Melucci, movimento social é uma construção analítica e não um objeto empírico ou um fenômeno observável” (Gohn, 1997, p. 155).

A partir das avaliações de Melucci, se observa a produção das relações de classe, distanciando-se das abordagens estruturais e deterministas e também de abordagens funcionalistas onde os sujeitos possuem autonomia que podem desencadear processos de organização independente das relações sociais.

Dentro dos NMS, Melucci traz a autonomia como possibilidade organizativa dos atores sociais que são atores coletivos permeados por sentimentos comuns de contexto. Desta maneira, há o relacionamento e interação entre os elementos pessoais e políticos das vidas individuais e de caráter de relações sociais dos indivíduos.

A **Corrente Alemã** é a terceira principal corrente dos NMS, na qual houve principalmente a contribuição de Claus Offe, mesmo não possuindo larga dedicação ao estudo dos movimentos sociais. É caracterizado por fazer uma abordagem de caráter neomarxista ou pós-marxista.

Offe se debruça sobre a avaliação da sociedade capitalista em estágio avançado pós Segunda Guerra Mundial, no tocante social, cultural principalmente político. Nesta altura diferencia-se de Touraine, onde há centralidade em relação à análise sociocultural, e de Melucci, com sua abordagem centrada em questões psicossociais.

Dedicou-se a avaliar características sistêmicas do capitalismo, em fase que considerava como “desorganizada”, permeada por crises sociais e econômicas que punham em risco a legitimidade o desenvolvimento do sistema e do seu Estado de bem-estar social, investigando o cerne destes problemas e as possibilidades de, neste quadro, haverem alterações nas configurações de relações sociais.

Julgou inadequada a tradição marxista para analisar conflitos institucionais específicos, tendo por base contribuições de Habermas e Foucault sobre dominação, privação e controle.

Há a contestação da afirmação sobre a irracionalidade dos movimentos sociais, e atribui-se aos NMS a capacidade de responder politicamente, a não apenas a partir das pessoas que podem ser classificadas como ativistas, mas por uma extensa constituição de pessoas que conscientemente da configuração social influenciam transformações a partir dos movimentos políticos.

Os NMS não estariam inseridos no campo público, nem no privado, mas, se concretizaria em uma perspectiva política não-institucional, não sendo contemplados dentro das concepções teórico-práticas a democracia liberal ou do Estado de bem-estar social. Com isto, estariam se criando novas concepções de movimentos dentro desta nova configuração de elementos sociais que se apresentavam.

- O PARADIGMA MARXISTA:

Posteriormente nos debruçaremos com maior ênfase à relação entre o Serviço Social e a corrente teórica marxista, porém, é importante delinear que, durante o processo de atualização da categoria profissional, tal aproximação foi essencial à conformação do seu projeto ético e político. Desta maneira, é importante e necessário que se faça uma avaliação para situar à que se refere a análise dos elementos inseridos nos estudos feitos por Karl Marx e demais autores (as) que seguem sua tradição no desenvolvimento de suas elaborações, e, a partir desta, de que maneira se posicionam.

Segundo coloca Gohn (1997), relacionado à análise dos movimentos sociais, os elementos à serem considerados não são necessariamente os que conformam o desencadeamento dos processos revolucionários em si. Nesta avaliação sobre os movimentos, se considera a construção de organização da população no processo de construção de força social para o desenvolvimento de processos de transformação das bases da sociedade.

É importante salientar também, que não há apenas uma maneira homogênea de avaliação da tradição marxista. Desta maneira, é ressaltado que, equivocadamente, muito costuma-se atribuir que a ótica dos movimentos sociais a partir de Marx focaliza os movimentos operários, quando existe todo um leque de características difusas pautados sobre e dentro dos movimentos sociais. A própria teoria relacionada à Marx não é una, podendo-se visualizar por exemplo a partir de eixos ortodoxos e não-ortodoxos.

Gohn (1997) coloca que em relação ao paradigma mais clássico marxista existem duas correntes, onde, em uma há atenção sobre os elementos da consciência, alienação e ideologia, a partir dos quais, alguns (as) autores (as) os tomarão por base para o desenvolvimento de

estudos contemporâneos sobre os movimentos sociais; e na outra corrente, a qual denomina-se de que seja decorrente de um estágio do Marx em seus trabalhos “maduros”, a atenção está voltada aos conceitos de formação social, forças produtivas, relações de produção, superestrutura, ideologia, determinação em última instância, mais-valia, etc.

De fato, em Marx, há certa prioridade em relação à análise da sociedade industrial e dos movimentos operários, pois, como ele já colocava, a histórias das sociedades teriam sido a história das lutas de classes, e, em determinados períodos históricos aos quais Marx se referencia, no centro dos conflitos sociais, de maneira mais emergente e em maiores proporções estariam presentes as movimentações do operariado. Porém, esta não seria a única via de análise para os atores sociais que constituíam a organização a partir dos conflitos no seio das opressões.

Contemporaneamente a partir dos estudos marxistas há a assertiva de que as configurações dos movimentos sociais não se constituem de maneira espontaneísta. Os elementos para a ocorrência destes estão inseridas na própria realidade dos sujeitos sociais inseridos em uma dinâmica sistêmica exploradora que gera os diversos níveis de desigualdades sociais e opressões que chegam de maneiras específicas às mais diversas categorias sociais. A partir daí, movidos pelos interesses de resistência às situações de exploração, ocorre a organização dos (as) sujeitos (as) sociais conformando os movimentos sociais. Neste sentido, a contribuição de Marx não se comporta apenas como um modo de análise e compreensão destes processos sociais, mas, também se apresenta como possibilidades de modos de ação interventiva dentro da realidade.

Gohn (1997), em avaliações sobre as contribuições de Marx, cita Scoot (1990) e Assies (1990), que elencam críticas às suas obras, afirmando haverem limitações em suas produções, ou nas de teóricos marxistas ortodoxos ou neomarxistas, tanto por conta de a temática específica dos movimentos sociais terem aparecido tardiamente em suas abordagens, quanto por não abrangerem elementos que fossem mais diretamente ligados aos conflitos das categorias do operariado.

Para fazer uma avaliação mais específica acerca da temática dos movimentos sociais, Gohn traz características clássicas das obras do próprio Marx, além de outros (as) autores (as), como Lenin, Rosa Luxemburgo, Trotsky, Mao Tsé-Tung e Antônio Gramsci, para que de maneira mais prática se haja compreensão sobre como se deram as contribuições a este respeito:

Como já citado anteriormente, **Marx** não desenvolve teorias específicas sobre movimentos sociais, mas, estuda a sociedade capitalista e suas configurações, tendo como ponto central a mercadoria e a perspectiva sistêmica de produção e acumulação desta a partir do processo de exploração da classe trabalhadora.

Pensando o movimento social, a principal categoria analisada por Marx como contribuinte será a da práxis social, que Marx determina como sendo a categoria que define, a partir da ação dos indivíduos, a possibilidade de transformação da sociedade e da natureza. A práxis seria uma categoria articuladora entre teoria e prática, e Marx considera que existem perspectivas sobre a práxis, que seria a teórica, a produtiva e a política, sendo que, à nível de análise dos movimentos sociais, a perspectiva que mais interessa é a da práxis política, que se comporta como sendo uma articuladora entre duas primeiras perspectivas citadas.

Marx considerava que as possibilidades de transformação das estruturas sociais apenas ocorreriam pela via da constituição de uma consciência de classe pela via da organização de classe, e esta organização poderia se dar por dentro dos movimentos tanto do operariado quanto dos movimentos políticos emergentes em diversos locais e situações.

Lenin é um dos grandes contribuintes acerca das teorias revolucionárias com base marxista. Via grande importância e necessidade na existência dos movimentos sociais para o que lhe era central, assim como Marx: a transformação social a partir da tomada do poder pela via revolucionária.

Acreditava e pregava a necessidade de que houvesse direcionamento nos movimentos sociais, e, neste sentido, defendia que o direcionamento seria dado a partir de vanguardas políticas organizadas pela via do partido, que a partir de sua perspectiva, se configura como uma parte organizada da sociedade, assumindo a postura de quadro, que possuem legitimidade para o direcionamento dos movimentos das massas populares trabalhando a questão da consciência de classe.

É muito pontual em relação à configuração do partido revolucionário. Um eixo central é a organização e a disciplina. Há definições de táticas, que são mais flexíveis diante das possibilidades de modificações conjunturais, e da estratégia, que é algo fixo, onde se pretende chegar, pensando as lutas podendo ser de caráter econômica e política.

Rosa Luxemburgo vai além do que defendia o Lênin, em relação à visualização da necessidade de existirem os movimentos sociais de massa, defendendo que a orientação dos movimentos não necessariamente precisará ser pré-estabelecida a partir de organizações sindicais ou partidárias, por exemplo.

Valoriza a possibilidade de os movimentos em si desenvolverem a consciência das ações revolucionárias, experienciando-se a partir dos valores socialistas da liberdade, democracia, respeito, para que haja a construção de uma nova sociedade com uma nova configuração de relacionamentos sociais onde sejam extintas quaisquer formas de opressão.

Trotsky se aproxima bastante das contribuições de Lenin ao defender a necessidade da transformação social a partir da conformação de uma vanguarda política de quadros organizados nos partidos para a construção da revolução junto às massas.

Porém, a partir da vivência de um processo revolucionário diferenciado, houve a elaboração de elementos específicos em relação a visualização dos movimentos sociais. Ele considerava o processo revolucionário da tomada do poder como algo inconcluso, havendo a necessidade de que acontecesse a continuidade deste processo de maneira pedagógica para o processo de aprendizagem das massas. Desta maneira, entra em contraponto com paradigmas americanos que colocam que as possibilidades políticas são definidas por quem ocupa o poder, pois, defende que o atores sociais revolucionários são quem devem estar criando estas possibilidades.

Mao Tsé-Tung vem a partir das suas concepções contribuir a respeito da necessidade de valorizar a participação dos sujeitos sociais nas elaborações de conhecimento sobre determinados processos sociais dos quais os próprios são sujeitos, havendo a articulação da prática/vivência à teoria que lhe sustenta.

Assim, os sujeitos envolvidos nos movimentos sociais são apropriados do saber necessário à elaboração teórica sobre as demandas e necessidades que ocorrem à cada processo. Porém, deve-se respeitar o tempo necessário e se apropriar das diversas perspectivas que conformam determinado acontecimento para que se possa ter uma real visão sobre os fatos.

Afirma que aos (às) militantes dos movimentos sociais, cabe a tarefa de conseguir a partir da experiência, processar conhecimentos, e, com estes, desencadeiem processos de luta por reais transformações sociais, para que o conhecimento não pare no estágio de auto iluminação a partir da compreensão do mundo.

Antônio Gramsci é uma das grandes influências da América latina no que concerne ao pensamento sobre as relações sociais e a construção do poder popular, sendo que, ele alarga os horizontes de avaliação em relação à análise das características do Estado e da sociedade civil.

Traz o conceito de hegemonia popular, ou pode ser dito como a construção de uma contra-hegemonia à classe dominante, que é a conformação da força popular a partir da valorização das suas diversas características de relações sociais, permeadas pela cultura, relações políticas, etc.

Em relação ao Estado, coloca que é necessário que se analise a sociedade civil enquanto também constituinte do Estado, e, portanto, é necessário que se alargue as possibilidades populares pelas vias estatais para que haja a democratização destes espaços, podendo ser este,

um espaço de utilização da população para construção de força social. Nestes processos, um papel central seria o dos movimentos sociais.

- O PARADIGMA LATINO-AMERICANO SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS:

Avaliando a temática dos movimentos sociais na América Latina, Gohn coloca que existe toda uma especificidade a ser considerada, em relação aos paradigmas europeus ou norte-americanos, tanto em relação à diversidade de características regionais dos movimentos, quanto por inclusive avaliar existir, até determinado momento, pouca produção teórica de fato sobre os processos de mobilização. A teorização sobre os movimentos estariam à cargo principalmente de programas de pós-graduação das universidades, institutos de pesquisas e ONG's, porém, eram poucos destes espaços existentes, e em poucos países.

Por bastante tempo os estudos que houberam se propondo à serem uma análise política, econômica ou social da América Latina tomaram por base modelos e tradições teóricas dos paradigmas europeus ou norte-americanos, e, de certa forma, não contemplaram uma perspectiva mais popular das especificidades desta porção americana, havendo centralidade a tomada de base a partir de elites compostas nestes espaços.

É necessário que haja compreensão em relação a, dentro da dinâmica global do desenvolvimento do capitalismo, qual teria sido o papel designado aos países periféricos localizados na América Latina, pelos países economicamente e politicamente dominantes representados principalmente no ciclo imperial norte-americano. A este respeito, permeiam teorias que falam sobre modernização, marginalidade e dependência.

Em um contexto de ampliação da exploração imperial aos países latino-americanos, controle militar a partir de golpes e estratégias arquitetadas por grandes alianças das elites e organismos nacionais e internacionais, há novos espaços de análises sobre os movimentos sociais, neste momento de caráter popular que emergem na luta por direitos democráticos.

Os movimentos ocorreram por todas as extensões da América Latina, porém sempre com diversas especificidades em relação aos seus espaços geográficos e conjunturas econômicas políticas e sociais, que em certo nível, em determinados espaços fidavam por se assemelhar:

A distribuição dos movimentos em termos espaciais foi bastante diferenciada na América Latina, embora tenham ocorrido na totalidade dos seus países. Nos países mais industrializados, os movimentos surgiram em princípio nos grandes centros, articulados a redes movimentalistas em que se destacam a Igreja, os sindicatos e alguns partidos de oposição ao regime na época. Dos grandes centros, eles se espalhavam para outras regiões. Nos países de estrutura econômica de base mais

agrária, os pequenos vilarejos aglutinaram as ações, com caráter mais de rebeliões, mais próximas dos modelos clássicos de rebeliões populares (Wolf, 1969). Os repertórios utilizados também criaram agendas diferenciadas para os movimentos: questões étnicas, suprimento de gêneros e serviços sociais de primeira necessidade – onde o alimento tem centralidade – demandas por terra e moradia, por educação, e demandas consideradas “modernas” ao redor de questões de gênero – com destaque para as lutas das mulheres em todas as frentes (vide Navarro, 1989) (GOHN, 1997, p. 221-222).

No Brasil foi onde houve a concentração de grande parte dos movimentos, e, pode haver neste fato uma questão de proporção territorial, além do nível de desenvolvimento industrial, segundo aponta Gohn (1997), mas, mesmo assim, demais países também apresentaram a incidência de diversos movimentos, em âmbitos rurais e urbanos, com diversificadas características de pensamento e ação, podendo-se destacar movimentos anticapitalistas, indígenas, pela educação, contra exploração à trabalhadores de minas, antimilitaristas, por terra, direitos humanos e democráticos, etc.

É necessário ter bem delimitado que uma análise dos movimentos e movimentações históricas devem estar fundadas na realidade, e, logo, do modo de constituição da realidade colocada à cada espaço.

Neste sentido, é inerente à esta avaliação resgatar a configuração histórica de praticamente todos os países latino-americanos, que, tiveram a marca dos regimes de escravização e/ou também exploração e dizimação indígena, a partir dos processos de colonização desta porção continental, além de que, de maneira semelhante aos países, houveram os processos de transição de modelos coloniais/monárquicos para moldes republicanos com configurações estatais influenciados segundo os interesses principalmente imperialistas norte-americanos.

Após estes processos, em seus tempos, as sociedades vão se imergindo nos processos industrialização recheados nos moldes exploratórios, também devendo-se atentar aos elementos de transitoriedades rural-urbano dentro da análise das conformações da mão-de-obra. Dentro deste desenrolar histórico é que se cria uma cultura política na sociedade latino-americana, sobre a qual Gohn caracteriza que:

[...] se observa uma “naturalização” das relações sociais entre os cidadãos (ou não-cidadãos) e o Estado, ou seja, a relação de dominação expressa em termos de clientelismo e paternalismo passou a ser a norma geral, vista como natural pela própria população. Este fato dificultará a criação de espaços livres, democráticos ou a consolidação e o aprofundamento dos períodos de democratização. A presença de militares, entrando e saindo do cenário político do jogo de poder, foi uma constante. Nos anos 60 a conjuntura política de vários países da América Latina caminhou nesta direção (GOHN, 1997, p. 226).

Após este quadro conjuntural em que forças militares ditaram os rumos das sociedades, mesmo em meio a todo o processo de repressão, houve por parte dos movimentos da sociedade civil a abertura de longo processo de mobilização em luta pela redemocratização das nações, alterando o quadro social e político de correlações de forças, onde se constituiu em meio ao saldo democrático alcançado a partir destes processos de luta, novas concepções sobre os direitos das populações. Infelizmente, brevemente posterior a este quadro, acontece uma reorganização dos próprios processos estruturais do capitalismo, promovendo novos desafios e arrochos em diversos sentidos às populações e aos próprios movimentos sociais.

A partir destes resgates e reflexões acerca do trajeto histórico e conjuntural de certo período dos países da América Latina, Gohn (1997) destaca alguns pontos que devem ser considerados na conformação de um pensamento sobre o paradigma latino-americano:

- O imenso leque de movimentos sociais e as diferenciações existentes entre eles, tanto em nível organizacional quanto metodológicas e ideológicas;

- Os movimentos populares possuíram forte hegemonia em torno de suas pautas em relação a outros tipos de movimentos, sendo pautas caracteristicamente socialmente básicas em termos mais materiais;

- Diferentemente dos paradigmas norte-americano e europeu, movimentos sociais pautados como “novos”, foram constituídos por toda a América Latina, podendo-se citar movimentos de mulheres, de negros e negras, ecológicos, porém de maneiras específicas levando em conta a conformação cultural extremamente complexificada a qual ocorreu neste berço latino-americano;

- Muitos movimentos sociais/populares tiveram maior proporcionalidade por conta de sua relação ou raiz religiosa, e, tomando por base a questão colonial doutrinadora, podemos destacar principalmente a influência da religiosidade católica neste sentido, porém, a partir de setores ligados à Teologia da Libertação, mas, sem deixar de pontuar também a influência de religiões de matrizes africanas e também, como coloca Gohn, de modernas seitas contemporâneas. Há destaque à mudança de caráter interventivo da igreja católica sobre a sociedade, que, a partir do Concílio Vaticano II, transita de sua influência por dentro do Estado, para intervir diretamente na organização junto à sociedade civil, principalmente pela via das pastorais sociais e das Comunidades Eclesiais de Base – CEB’s;

- Deve haver atenção especial às populações indígenas, pois, o processo de colonização promoveu fortes extermínios aos povos, ou impôs a estes a inscrição em processos culturais completamente diferenciados das suas vivências. Desta forma, as populações que ainda resistem seguem em lutas constantes pela preservação ou demarcação de suas terras, ou

conformam comunidades quase que esvaziadas de suas culturas originárias, em zonas rurais ou urbanas comumente fortemente negligenciadas por setores estatais;

- A questão racial em relação aos negros e negras assume diversas especificidades por conta do modelo de formação social e econômica nos países da América Latina, marcada por um passado que escravizou o povo negro, porém, que posteriormente pregam um discurso pós-pseudoabolicionista de que não existe o preconceito e discriminação racial sendo a grande parte da população fruto de uma ‘mistura’, porém notoriamente as condições de vida e morte destas populações se apresentam cotidianamente, mesmo por baixo de um (falso) discurso de democracia racial;

- Avaliando até o período dos anos 1990, há uma postura Estatal distante dos cidadãos e cidadãs, e, desta maneira também ocorre em relação aos movimentos sociais. A entrada e saída dos ciclos militares alterou a postura de diversos movimentos em relação ao Estado, onde, uma porção se de certa forma aproximou-se a setores Estatais de maneira estratégica pela viabilização de suas pautas, e outros mantiveram-se por fora, sempre em postura de pressionar esta estrutura que mais gera pulverização do que integração social;

- As ideologias existem e ocupam centralidade na organização dos movimentos populares, em contraponto a avaliações teóricas americanas e europeias. As atividades de todos os movimentos são permeadas nesta dialética conjunta das ações de luta articuladas a organização estratégica e metodológica fundada em formulações político-ideológicas;

- Os partidos políticos articulados aos movimentos possuem papel importante nas possibilidades de articulações populares;

- Há um elemento específico em relação aos movimentos populares, que são determinados atores que estão junto aos movimentos, podem ser qualificados como intelectuais destas categorias, porém que, não necessariamente são legitimados pela qualificação do mundo acadêmico formal, mas, pelo próprio processo de construção de luta social e disputa ideológica;

- Existe forte representatividade dos movimentos que pautam a questão agrária, que move diversos conflitos, dada a conformação geográfica e o desenvolvimento na formação social e econômica. Desta maneira, a história dos movimentos na América Latina também passa fortemente pela organização dos movimentos camponeses;

- Principalmente a partir dos anos 1990, há, muito por conta do cenário econômico e político, uma guinada na construção de movimentos com características de organização aproximada a setores estatais, porém, por fora destes âmbitos, podendo-se visualizar estas organizações a partir dos modelos de organizações não governamentais, o que é inclusive

interessante ao Estado e fomentado por ele, havendo a transferência de certas responsabilidades deste para organizações da sociedade civil.

1.2 - MOVIMENTOS SOCIAIS NA ATUALIDADE – VIVÊNCIAS NO LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE.

Em essência, o ser humano, o cidadão e a cidadã brasileira são dotados e deve gozar do direito à liberdade. Logo, deve buscar exercer sua liberdade e cidadania. Este pensamento se configurou a partir de processos históricos de transformações sociais e da racionalidade humana, pois esta concepção não foi sempre presente. No momento em que vivemos na realidade brasileira, têm-se inclusive à nível de legislação a garantia ao pleno gozo da liberdade e cidadania.

Porém, nesta análise, o que se propôs a pensar foi: o que significa esta cidadania, esta liberdade, tendo em vista onde nossos pés pisam, um chão onde reina a luta de classes, onde há a disputa de poder, até mesmo entre os que possuem hegemonia econômica e política, e, de maneira mais acirrada entre a classe burguesa e a trabalhadora, que possuem interesses diferentes, e para além, são interesses opostos, onde a classe trabalhadora luta para garantir sua sobrevivência, e para que se chegue em um momento em que ela não apenas sobreviva, mas viva de fato dignamente, e, a burguesia se articula para acumular capital, lucro, para garantir seu poderio social, econômico e político?

Neste entremeio se colocam as lutas de classes, configurando correlações de forças, onde há o embate das forças da classe trabalhadora e da classe burguesa. Mas, como se constituem as forças de cada uma destas categorias sociais?

Historicamente, a classe trabalhadora, para conseguir minimamente garantir a possibilidade de ter um pouco mais que de fato sua sobrevivência, precisou arrancá-la a partir da luta, da mobilização, da articulação popular, reunindo seus pares, promovendo formação na tentativa de despertar a consciência da condição de classe dos e das trabalhadoras, para que a partir daí se conseguisse avaliar a situação de exploração desmedida e infundada à qual sempre estiveram submetidos, e, com isto se pensasse alternativas para modificar sua situação, transferindo-se à um momento de vivência em que houvesse certa igualdade, não em termos humanos, mas, sociais e políticos, como dizia a Rosa Luxemburgo: deve-se lutar por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres.

Desta maneira, pode-se visualizar que no decorrer da história os e as trabalhadoras sempre precisaram se movimentar, se manifestar, para conquistar espaços na sociedade, para

fugir deste mínimo que lhes sempre foi permitido que apenas garantem a possibilidade de a classe permanecer com a capacidade de continuar sendo útil ao projeto do Capital.

No cerne das relações sociais, é este ainda o contexto no qual os movimentos sociais se inserem, e se colocam de maneira incisiva em relação a essa realidade. Desta maneira, se apresentam enquanto movimentos de caráter social, político, pedagógico, interventivo, para incidir de maneira ideológica e prático-material-interventivo no seio das relações conflituosas entre burguesia-proletariado, para o fomento à construção de novos valores e práticas sociais.

Então, têm-se como panorama de tarefa central dos movimentos o de fazer a disputa ideológica remando em contramão ao projeto burguês, na tentativa de promover o despertar da consciência de classe dos trabalhadores e trabalhadoras, possibilitando assim a construção de organizações massivas de pessoas que lutam pelas mais variadas vias para a construção de uma nova maneira de ser sociedade, distanciando-se do quadro extremamente antagônico de pensamento e de disparidade dos modos de vida e relação entre classes. É de fato uma tarefa de luta pela vida, no sentido de construção de uma vivência justa e igualitária.

Existem os mais diversos tipos de movimentos sociais no Brasil, com características e direcionamentos específicos diferentes, sejam urbanos, estudantis, camponeses, indígenas, negros e negras, de mulheres, LGBTTQIA+; de luta por terra, água, energia, melhorias infraestruturais, comunicação, cultura..., porém, neste estudo não nos debruçamos ao mérito desta análise.

Há grandes diferenças entre ações coletivas, independente de qual seja sua proporção, e a existência de movimentos sociais. Existem situações nas quais encorajados por determinado acontecimento, ou de maneira espontaneísta reúnem-se pessoas para lutar em favor ou contra algo, porém, por maiores que sejam as proporções destas atividades, serão caracterizadas como ações coletivas pontuais. Os movimentos sociais se gestam como algo para muito além de ações pontuais. Estes possuem toda uma estrutura organizacional, definições de objetivos, práticas, princípios, valores, pautas de lutas. Não necessariamente engessados nessas definições, porém, possuem um direcionamento. Há definições de suas táticas e estratégias, de acordo com suas concepções e correntes teóricas.

Para uma melhor visualização sobre o que é um movimento social, faremos uma explanação a partir da vivência no movimento social Levante Popular da Juventude.

O que é o Levante Popular da Juventude?

O Movimento de Juventude Levante Popular da Juventude é um movimento social que nasce a partir da articulação de diversos outros movimentos sociais, organizações e partido político. Pode ser destacado por exemplo, o maior movimento social do Brasil e da América

Latina, que é o MST - Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra, que tem como pauta central a luta pela reforma agrária; o MAB – Movimento dos Atingidos Por Barragens que também é um dos maiores movimentos do Brasil, e tem como pauta central a luta pela soberania em relação a água e energia, e a construção de grandes obras hídricas e hidrelétricas por parte de grandes empresas ao atendimento de interesses burgueses em detrimento das condições de vida de diversas populações; também o MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores; além de outros movimentos que compõem a Via Campesina, além da Consulta Popular, que é um partido político de orientação marxista – leninista que não possui legenda eleitoral e trabalha junto aos movimentos populares.

Então, o Levante Popular da Juventude nasce da articulação desses diversos movimentos, a partir da percepção e avaliação destes, de que, infelizmente a juventude tem sido uma categoria que se furtava de processos políticos, sociais, de conhecimento, discussão e luta sobre a realidade. Sendo que, historicamente a juventude esteve como protagonista em diversos processos de transformações conjunturais no mundo inteiro. Desta maneira, avaliam que há a necessidade de organizar esta juventude, para que ela se reconheça enquanto classe, e, assim, se organizem para lutar pela vida, pelo povo, enquanto classe trabalhadora pela transformação social.

Desta maneira inicia-se a organização do Levante Popular da Juventude, por volta de 2006 – 2007, no Rio Grande do Sul. Inicialmente se configura como alguns grupos de jovens que se organizam, estudam, e lutam por determinadas pautas demandadas nos locais nos quais estão inseridos. Em fevereiro de 2012 acontece a sua nacionalização, no seu 1º Acampamento Nacional, que ocorreu na cidade de Santa Cruz do Sul – RS, e contou com a participação de mais de mil jovens de quinze Estados do Brasil.

O Acampamento Nacional é o maior encontro nacional do Levante, e possui caráter formativo, organizativo, deliberativo, de confraternização e reoxigenação para a construção das lutas. É um espaço onde há trocas de experiências vivenciadas por pessoas de todos os locais do Brasil, onde se pode perceber as diferenças e semelhanças dos desafios postos à juventude e ao povo brasileiro. Cada jovem que participou deste encontro, voltou para sua cidade com o objetivo de capilarizar a organização para ampliar as possibilidades de construção de luta por uma nova realidade.

Com o intervalo de dois anos entre cada um, já houveram outros dois acampamentos nacionais. O 2º Acampamento aconteceu em 2014, na cidade de Cotia – SP, e reuniu mais de três mil jovens de todos os Estados do Brasil, e o 3º Acampamento ocorreu na cidade de Belo

Horizonte – MG, no qual estiveram presentes sete mil jovens de diversas cidades, de todos os estados, de todas as regiões do Brasil.

A organicidade acontece a partir de três Frentes de atuação: estudantil, territorial e camponesa. Na Frente Estudantil compreendem-se os trabalhos nas universidades, escolas, e demais espaços estudantis; na Frente Territorial abrange-se as atividades nos demais espaços urbanos, nos bairros, periferias; e na Frente Camponesa há abrangência sobre os trabalhos com a juventude nas zonas rurais, e neste, mantém-se grandes articulações com os movimentos populares da Via Campesina.

O Levante Popular da Juventude se propõe a ser um movimento de jovens voltado para a luta de massas. Como costuma-se dizer, há a proposta de serem o fermento na massa jovem brasileira. E há a colocação enquanto a Juventude do Projeto Popular. O horizonte é a construção de um Projeto Popular para o Brasil.

O Projeto Popular para o Brasil é um projeto político de um conjunto de forças sociais que lutam por profundas transformações da sociedade brasileira. A base do Projeto Popular é o próprio povo brasileiro, por ser ele a representação e o sentido da luta, bem como o fundamento da identidade do movimento.

Este Projeto reúne uma série de transformações estruturais, como a reforma política, agrária, tributária, urbana e das comunicações. São reformas essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária para o Brasil. Neste sentido, o Projeto Popular se compromete com a soberania, solidariedade, desenvolvimento, sustentabilidade e com a democracia popular.

Tem-se como uma das grandes lutas, inclusive articuladas com outras centenas de movimentos populares, a luta pela reforma do sistema político, com a defesa de uma nova constituinte do sistema político, que seja exclusiva e soberana, e construída a partir da participação popular. Pois, avalia-se que, o sistema político constituído atualmente, representado no senado e na câmara federal não representa os interesses do povo brasileiro, mas, tão somente trabalham enquanto uma extensão parlamentar do projeto burguês, extremamente conservador.

O Levante Popular da Juventude pode ser caracterizado enquanto movimento que possui uma ação pedagógica. O Paulo Freire (1996), por exemplo, colocava que ninguém educa o outro, e ninguém educa a si mesmo, mas, tudo se configura como um processo dialético, em que nos formamos, adquirimos informações, e pelas relações e intervenções que promovemos na realidade transformamos estas informações em conhecimentos.

As ações se constituem enquanto uma contribuição extremamente pedagógica, considerando que, constantemente se está em construção e trocas de aprendizados para afirmar possibilidades de novas maneiras de relações sociais. Neste sentido, tem-se como Tripé Organizativo: a organização, a formação e a luta. Esta é a base de sustentação da organização do movimento.

Há a compreensão de que, para que se gestem possibilidades de resistência à qualquer situação de opressão ou exploração é necessário que haja a organização do sujeitos sociais, para que a partir da formação individual e coletiva – lembrando que sempre se deve levar em conta a importância de todos os tipos de conhecimentos, e não só os conhecimentos e materiais ditos científicos advindos dos ambientes acadêmicos, mas em igual nível de importância, também os diversos saberes culturais e populares – seja possível fazer uma correta avaliação de conjuntura, para se pensar possibilidades de intervenção se constituindo como lutas de fato.

Não se configura como um movimento que possui uma pauta central, como por exemplo o MST que tem centralidade na luta pela terra, por reforma agrária. A proposta é a de organizar a juventude nos mais diversos locais onde possam estar inseridas, para que onde hajam demandas, possam ser desencadeadas lutas para que sejam alcançadas determinadas pautas. Porém existem questões que se visualiza que precisam ser pautadas em todos os ambientes e situações, desta maneira é colocado o compromisso com a luta contra três opressões que são consideradas como sendo estruturais: o racismo, o machismo/patriarcado e a LGBTfobia.

Considera-se como estruturais, pois, há a análise de que o atravessar histórico da sociedade se engendrou em cima de determinados pensamentos e ideologias, e pode-se visualizar marcadamente que nossa sociabilidade acontece a partir de valores que sobrepõe o povo branco ao povo negro, sobrepõe os homens às mulheres e constitui padrões de relacionamentos e comportamentos com bases heteronormativas. Assim, giram-se grandes esforços para o estudo, organização e luta para que se haja a desconstrução destes valores para a construção de uma nova forma de ser e sentir a sociedade onde não haja a exclusão e violação dos direitos destas e destes sujeitos sociais.

Neste sentido, o Levante Popular da Juventude está diretamente inserido nos processos de luta e resistência popular à nível nacional. Não há como não fazer referência, por exemplo, à atual conjuntura de Golpe a qual vivencia-se neste momento. Que não é o primeiro golpe pelo qual passamos, pois, a história dos conflitos de classe é a história dos golpes sofridos pela classe trabalhadora e dos processos de resistência mobilizados por esta. Pode-se citar como exemplo o Golpe Militar de 1964, que assolou a população brasileira durante 21 anos, até que com muita

mobilização e resistência massiva das populações, houve o desencadeamento do processo de redemocratização do Brasil.

Neste momento, apresenta-se um novo Golpe com novas características. Desta vez não mais de caráter militar, mas de caráter de articulação institucional-parlamentar-midiático. Retirou-se uma presidenta da república, sem crime de responsabilidade, que é o que se alegava, para ser colocado um ilegítimo presidente golpista, que pudesse dar continuidade aos anseios burgueses, a partir do desmantelamento dos arranjos de direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora à custa de muita luta, suor e sangue. Posteriormente nos debruçaremos de maneira mais incisiva a avaliações concernentes a estes elementos.

Assim como em outras, nesta conjuntura, o Levante Popular da Juventude se insere como organismo propulsor de organização de processos de resistência, a partir da articulação com outros diversos movimentos sociais, neste momento principalmente organizados enquanto Frente Brasil Popular - FBP e Frente Povo Sem Medo - FPSM, para conseguir aglutinar a maior porção possível das populações para construir lutas massivas de enfrentamento ao momento conjuntural de golpe, que não foi direcionado à uma presidenta, mas, à todo o povo brasileiro.

Nunca é uma tarefa fácil, pois, assim como os interesses entre as classes são diferentes, e extremamente díspares, da mesma maneira são os instrumentos que cada uma possui no processo de enfrentamento institucional-ideológico e de luta social. Enquanto a classe burguesa possui o controle sobre estruturas educacionais, econômicas, institucionais-parlamentares, de segurança, e de comunicação, para disseminar suas ideologias de controle social, os movimentos populares apenas possuem as vozes, braços e pernas dos e das suas militantes, que com muita ousadia e criatividade, utilizando-se de expressões artístico-culturais populares e instrumentos midiáticos alternativos promovem o trabalho de resistência à maré conservadora e opressora do projeto capitalista.

Neste sentido, pensando o Serviço Social e os Movimentos Sociais enquanto categorias comprometidas com a classe trabalhadora, e a mediação para a garantia de direitos, é de extrema importância que se pense a vinculação de maneira íntima entre estas categorias.

Sendo o Serviço Social uma categoria profissional que, a partir de diversos processos de transformações – inclusive em grande parte devido à aproximação aos movimentos sociais –, possui uma formulação de um projeto ético-político-profissional, um código de ética, com declarada posição de defesa de classe, na qual está inserida, pelo reconhecimento de sua inserção nas relações sociais de trabalho, a classe trabalhadora, logo, o Serviço Social e os Movimentos Sociais possuem um longo e árduo caminho à ser trilhado juntos, na perspectiva da construção dos seus papéis de viabilizar a possibilidade da emancipação humana, que, não

se dará tão somente a partir da garantia de acesso à alguns bens e serviços, mas, a partir de todo um conjunto extremamente complexo que devem compreender níveis ideológicos e materiais.

CAPÍTULO 2 – SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS: UM CAMINHO AINDA TRILHADO LADO A LADO?

É sabido que a história do Serviço Social a nível mundial nunca se compôs a partir de uma linearidade, e falando nisto, pode-se referir à termos teóricos, práticos, metodológicos, políticos, etc.

O desenrolar histórico que marca o surgimento e desenvolvimento do Serviço Social anda atrelado ao desenvolvimento de diversos processos de transformações, adequações e desenvolvimento de situações sociais, como o desenvolvimento de modos de ser sociedade, logo, de organização social, e, o desenvolvimento de teorias sociais que alimentaram ou legitimaram determinadas modificações no desenrolar dos modos desta organização.

A necessidade de constituição da categoria do Serviço Social, desde suas formas mais primárias ou pré-formas, partiu pela demanda de setores sociais, imersos em complexos níveis de organização da exploração de uma classe sobre outra. Tão simplesmente ao pensar sobre que acaba de ser citado: “a necessidade de constituição”, já se abre margem para diversas e imensas avaliações em relação ao processo de desenvolvimento do Serviço Social.

Já comentamos sobre a não linearidade do desenrolar histórico do Serviço Social, porém, podemos falar em termos de constituição de hegemonias dentro dos processos de condução da organização da categoria profissional, em diversos momentos da sua história, desde os seus primórdios até os mais possíveis atuais momentos.

Dentro do processo de reorganização das bases da sociedade, desde as modificações sistêmicas, fundando a sociedade capitalista, se constituiu um processo hegemônico que contempla economicamente, politicamente e socialmente a burguesia, que se confronta permanentemente com a classe trabalhadora a partir do desenvolvimento de lutas sociais. Porém, dentro deste cenário de lutas, a burguesia possui força sobre mecanismos que lhes possibilitam largamente os modos de controle social por vias ideológicas e prático-materiais.

Dentro deste quadro de contradições e conflitos de classes se gesta a concepção de Questão Social, que seria justamente as problemáticas decorrentes deste relacionamento de base contraditória e exploratória entre o capital e o trabalho, o capitalismo e a classe trabalhadora nele inserido, como destaca Iamamoto e Carvalho:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É

a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p. 77).

A exploração da classe trabalhadora enquanto característica básica, necessária e inerente ao capitalismo, determina, portanto, a não-possibilidade de inexistência da Questão Social dentro deste contexto.

Para que se criem possibilidades de se estabelecerem atenuantes ao que se colocam como expressões da Questão Social, o capital cria e demanda de diversas categorias e em diversos níveis sociais, para que haja um trato em relação aos desdobramentos destas expressões.

De certa forma, assim como em determinados períodos as teorias advindas das ciências sociais foram formuladas e serviram aos interesses de legitimação do contexto capitalista, desta forma também aconteceu com diversas categorias profissionais. O desenvolvimento do Serviço Social em suas formas primárias e enquanto profissão foi marcado pela inserção dentro deste seio de demandas dos interesses do capital.

Porém, como pode-se observar na dinâmica da sociedade, a realidade social pode ser modificada não apenas a partir da intervenção das forças capitalistas, neste sentido é importante inclusive que haja ênfase em avaliar que a classe trabalhadora, composta por uma imensa pluralidade de sujeitos sociais, tem a possibilidade de, de maneira organizada, construir novas possibilidades de construção de processos sociais que podem se contrapor completamente aos interesses hegemônicos dos setores da burguesia.

Desta maneira, o Serviço Social na atualidade configura-se de maneira diferenciada ao que lhe foi demandado no seu cerne histórico, porém, não a custo de simples desdobramentos organizacionais no interior da categoria, mas, ao contrário: a partir de um longo e intenso processo de debates e formulações, onde foi necessária a reavaliação das bases principalmente teórico-metodológicas e ético-políticas, onde neste processo foi de fundamental importância a aproximação a outras categorias, como a dos movimentos sociais, para a conformação de uma nova estrutura de base interventiva e analítica, que talvez até hoje ainda esteja em constante processo de construção.

A partir destes pressupostos, avaliamos a seguir, momentos importantes que fazem referência ao que se coloca como central neste trabalho, o pensar as relações entre o Serviço Social e os movimentos sociais, de modo que possa se compreender minimamente como se deu a construção desta nova perspectiva da categoria profissional atrelada à importância da incorporação da tradição dos movimentos populares e dos próprios movimentos no interior da

profissão, dentre outras pontualidades, e quais desafios permearam esta caminhada e ainda se gestam no desdobramento dos atuais contextos postos à profissão e a toda a classe trabalhadora.

2.1 – O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL E SUA APROXIMAÇÃO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS.

A renovação do Serviço Social brasileiro foi talvez o mais importante marco para a categoria dentro dos seus pouco mais de 80 anos de história a partir da sua inscrição na divisão social e técnica do trabalho enquanto profissão, porém, não foi algo que se configurou em um momento ou evento específico ao qual podemos nos referir como tendo sido o divisor de águas entre as perspectivas tomadas pela profissão, mas, constitui-se enquanto uma longa jornada de eventos, modificações, formulações e acontecimentos, que deram base à possibilidade de o Serviço Social se constituir enquanto categoria posicionada criticamente em defesa da classe trabalhadora a partir dos seus valores e princípios instituídos no seu Código de Ética Profissional.

Como citado no início deste capítulo, à categoria, é demandada determinada postura a partir dos interesses de classe das representações capitalistas principalmente pelas vias estatais, e, neste momento estas requisições se dão pela necessidade de acompanhar e atenuar as insatisfações da classe trabalhadora submetida aos processos de exploração, como coloca Iamamoto e Carvalho:

O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, processos esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes – a constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial – e das modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder de Estado em conjunturas históricas específicas. É nesse contexto, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge sob novas formas a chamada “questão social”, a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p. 77).

O fazer profissional do Serviço Social, durante décadas, foi intimamente condicionado pela influência ainda da igreja católica, e/ou pelo Estado, sendo, porém, principalmente a partir da inserção nas grandes instituições, mantida a postura conservadora da intervenção dos (as) profissionais, submetidos aos mandos e desmandos do Estado.

É sempre necessário salientar que as análises sobre o desenvolvimento histórico da categoria profissional do Serviço Social, assim como de qualquer outra categoria ou tipo de análise, não deve ser feita de maneira despreendida da realidade conjuntural social, econômica

e/ou política na qual está inserida, correndo o risco de haver esvaziamento da real compreensão de como se desdobraram os fatos históricos concernentes às categorias de análise.

Neste sentido, é pensando a conjuntura principalmente a partir dos anos 1960, que se pode identificar que se gestaram as possibilidades, por mais que de maneiras desafiadoras e contraditórias, de o Serviço Social se transformar em meio ao aprofundamento do ciclo autocrático burguês, no seio social de privações democráticas e populares inscritos pela repressiva onda da ditadura militar brasileira que se instaurava no território nacional com a associação de forças do imperialismo norte-americano e influências da burguesia interna.

Para além do território nacional brasileiro, pode-se estender a esta análise diversos países latino-americanos, que, por períodos aproximados também sofreram no bojo desses ciclos ditatoriais, e, de igual maneira, podemos avaliar que as condições para a renovação do Serviço Social estavam dadas no nível de abrangência desta porção continental, que ficou conhecido como o Movimento de Reconceituação do Serviço Social.

Como também já citado anteriormente, este processo não foi um rápido ou único acontecimento, ele se inicia principalmente a partir dos anos 1960, e de maneira mais explícita, se arrasta por pelo menos trinta anos, sendo, como costuma colocar Netto (2015), um importante e decisivo processo para a desconfiguração do Serviço Social em seu caráter tradicional na América Latina. Este processo acontece completamente atrelado em consonância à conjuntura na qual os países estão submetidas neste período, bem como das demandas populares em relação a este quadro, como destaca Ortiz:

Questionavam, portanto, a condição e a posição dos países latino-americanos no contexto de dominação burguesa, esta fundamentada no grande monopólio internacional. Ou seja, pode-se afirmar que a Reconceituação foi, indubitavelmente, um fenômeno organicamente vinculado à conjuntura da sua época marcada mundialmente por uma crise sem precedentes da ordem capitalista em sua fase monopólica (ORTIZ, 2010, p. 162).

No Brasil, o cenário da Ditadura Militar a partir de 1964 modifica as bases sociais, econômicas e políticas. E, desta maneira, coloca novas requisições e cobra novas posturas às categorias profissionais, assim como ao Serviço Social. A Questão Social passa a ser mais uma vez visualizada e tratada de maneira diferenciada, neste momento, novamente a partir da repressão, e pontuando políticas de caráter compensatórias. Neste quadro se gestam as requisições ao Serviço Social, também em meio ao mercado aberto à intervenção privada de grandes empresas multinacionais.

Este cenário coloca frente ao Serviço Social diversas possibilidades, desde se manter aquém da realidade conjuntural e atender às requisições completamente antipopulares e antidemocráticas do Estado Autocrático Burguês, até avaliar internamente a necessidade de posicionamento em relação à configuração do Estado e a situação à qual estava submetida a população no Brasil. Porém, não se deve esquecer que o regime militar trabalhava principalmente no sentido de aniquilar qualquer forma de tentativa de organização popular que se propusesse a defrontar a ditadura.

Ainda podemos citar com forte ênfase para este processo de modificações, outro elemento que já vinha anteriormente se gestando no interior do Serviço Social, que era o afastamento da categoria do seu seio originalmente ligado a religião católica, e esta condição foi de magistral importância para os próximos passos que seriam ensaiados no contexto da categoria, como destaca Netto:

A ruptura com este cenário tem suas bases na *laicização* do Serviço Social, que as condições novas postas à formação e ao exercício profissionais pela autocracia burguesa conduziram ao ponto culminante; são constitutivas desta laicização a *diferenciação* da categoria profissional em todos os seus níveis e a consequente *disputa pela hegemonia*, do processo profissional em todas as suas instâncias (projeto de formação, paradigmas de intervenção, órgãos de representação, etc.). Destaquemos, imediatamente, este ponto: tal laicização, com tudo o implicou e implica, *é um dos elementos caracterizadores do Serviço Social sob a autocracia burguesa*. Se é verdade que ela vinha se operando desde os finais da década de 1950, a sua culminação está longe de resultar de um acúmulo “natural” – foi precipitada decisivamente pelo desenvolvimento das relações capitalistas durante a “modernização conservadora” e só é apreensível levando-se em conta as suas incidências no mercado nacional de trabalho e nas suas agências de formação profissional (NETTO, 2015, p. 169).

Neste contexto, por mais que tenham sido instituídas as mais diversas formas de congelamento de possibilidades de organização social em perspectivas críticas e anti-sistêmicas-ditatoriais, o Serviço Social se viu diante de possibilidades e necessidades de reorganização das posturas de formação, ideação e intervenção. Porém, estas possibilidades também se apresentaram por várias vias, podendo ser direcionadas à distintas perspectivas.

Cumpriu importante papel no desenrolar destas possibilidades o elemento do aprofundamento do Serviço Social em relação a inserção nas universidades, principalmente sobre a expansão das atividades de ensino, pesquisa e extensão dos cursos de pós-graduação, pois, principalmente articulado a estes âmbitos, houveram o desenvolvimento de novas formulações e construção de novas perspectivas que poderiam ser difundidas à categoria profissional.

Neste ponto, destacamos a importância que houve, relacionado ao contexto do circuito universitário, a ligação aos movimentos sociais e das organizações de representatividade do Serviço Social. De maneira geral, no contexto brasileiro, pode-se indicar este período como tendo sido principalmente por volta de meados de 1970, onde, na conjuntura nacional, havia o aprofundamento e expansão da organização popular em luta pelos direitos democráticos das populações, contra o regime militar brasileiro que já se estendia por mais de uma década.

No caminhar histórico do Serviço Social no seio da autocracia burguesa, que tanto impôs a cristalização de posturas tradicionais, quanto acabou empurrando a categoria para à necessidade de reflexões sobre seu pensar e fazer, houveram três momentos principais que podem ser destacados como direcionamentos tomados para o desenvolvimento do processo da renovação da profissão, cada perspectiva em seu momento e com formas de representação distintas, como afirma Netto ao abrir as reflexões acerca deste debate:

[...] o processo de renovação configura um movimento cumulativo, com estágios de dominância teórico-cultural e ideopolítica distintos, porém, entrecruzando-se e sobrepondo-se, de onde a dificuldade de qualquer esquema para representá-lo. Se é possível levantar as principais linhas de desenvolvimento da reflexão profissional particularizadas pelo seu travejamento teórico e ideopolítico, é preciso enfatizar, ao fazê-lo, que elas concorrem frequentemente no tempo e no espaço. Neste sentido, há que anotar, antes de mais, tanto a distribuição diacrônica da elaboração profissional no período quanto a incidência diferencial dos organismos que estimulam e alimentam o processo de renovação (NETTO, 2015, p. 197-198).

Sobre estes estágios os quais foram marcados e hegemônicos em períodos diferenciados como tendo sido os principais direcionamentos desenvolvidos no processo de renovação destacaremos: um primeiro momento configurou a *perspectiva modernizadora*, que pode ser identificada a partir de 1965; o segundo é indicado como a *reatualização do conservadorismo*, que data de meados dos anos 1970; e, no terceiro momento identifica-se o período em que se constrói a *intensão de ruptura*, pelo início dos anos 1980.

Sobre a *perspectiva modernizadora*, deve-se lembrar que, como já vem sendo reforçado neste constructo, foi um atrelamento às necessidades e demandas do capital em seu período e espaço específico no Brasil que atravessava o contexto autocrático militar burguês. A ordem capitalista precisava se reinventar, se readequar, ou, utilizar-se dos seus instrumentos para se colocar socialmente enquanto possibilidade para que não tivesse seu desenvolvimento estagnado.

Desta maneira, a modernização dentro do debate do Serviço Social foi um esforço para que houvesse a adequação do caráter interventivo da categoria ao alinhamento das necessidades do capital em relação ao meio social, onde os profissionais estariam diretamente inseridos com

todo o aparato sócio técnico que lhes eram concernentes e legítimos como instrumento de atuação.

O que deu forte condimento para o alicerçamento desta perspectiva foram os documentos-produto dos seminários de Araxá e Teresópolis, que foram o que houve de produção que mais conseguiu se difundir à categoria profissional com o coroamento das reflexões de adequação da postura profissional relacionadas às exigências do Estado/Capital sob a ordem social vinculada principalmente a partir de 1964. Porém, lembremos que este processo não possuía completa unidade nos campos de debate, reflexão e produção da categoria em âmbitos acadêmicos ou extra acadêmicos.

Netto (2015), atenta sobre que as produções finais advindas dos dois seminários acima citados não compreendem todo o leque teórico que serviu de arcabouço para a dinamização desta perspectiva, tendo havido antes mesmo da realização destes, produções individuais de docentes e profissionais que também deram base à esta teorização, citando por exemplo a contribuição de Lucena Dantas. Porém, pode-se observar nos seminários realizados em Araxá (MG) entre 19 e 26 de março de 1967, e em Teresópolis (RJ) entre 10 e 17 de janeiro de 1970, promovidos pelo CBCISS, como já comentado, as principais bases para este estágio do caminho trilhado para a Renovação.

Em Araxá, há a afirmação da *perspectiva modernizadora*. Freitas (2016, p. 48) indica que “Tal direção foi a que incorporou de maneira mais intensa os ditames da autocracia burguesa”, onde há o resgate de características do Serviço Social tradicional pensando a prática interventiva focalizada ao indivíduo e pensando-os em situações de desajustamentos familiares e sociais, que “poderiam” ser por decorrência do déficit das estruturas societárias.

Nesta formulação identifica-se um paradoxo, compreendido pela disposição à necessidade de ruptura com determinadas práticas para haver a possibilidade de desenvolver os processos de trabalhos diante de novos desafios e demandas, porém, ao final, o que se percebe de fato é que tão simplesmente houve a venda desta imagem, tendo ao fundo o real acontecimento: apenas a reformulação de características anteriormente já difundidas para o fazer profissional em períodos anteriores para que se alinhasse a população ao ideário de necessidade de um desenvolvimento nacional.

Foram consideradas nos textos questões como a necessidade da valorização do ser humano, com o provimento de recursos indispensáveis à sua reprodução em níveis materiais e não-materiais, porém, também é nítida a percepção do caráter tradicional, como reflexiona Netto (2015, p 218), quando se considera a operacionalização dos serviços sociais com caráter de “atendimento direto, corretivo, preventivo e promocional, destinados a indivíduos, grupos,

populares e organizações”, onde se pode associar inclusive o forte resgate da tradição arraigada da própria igreja católica, porém, transpondo-a em níveis de ideação, tomando “como matriz teórica o estrutural funcionalismo norte americano de cariz positivista” (FREITAS, 2016, p. 48).

Posteriormente, em Teresópolis, pode-se identificar diversas características diferenciadas em relação ao documento de Araxá, porém, de modo geral vai significar o aprofundamento das reflexões que foram organicamente introduzidas neste marco anterior.

Na própria realização metodológica do seminário já se iniciam as diferenças, pois, previamente ao acontecimento já foram organizadas bases teóricas as quais deveriam servir ao debate durante o evento, tendo centralidade sobre a “necessidade de um estudo sobre a Metodologia do Serviço Social face à realidade brasileira” (CBCISS, 1986, p. 53, apud Netto, 2015, p. 230). Também precedeu o encontro, a realização de sete outros regionais onde se avaliou o documento de Araxá.

Neste momento, o principal marco se coloca em relação ao aprofundamento e cristalização da perspectiva modernizadora, que antes não se dissociava exatamente do que seria um pensamento tradicional. Agora há ênfase no moderno, traduzindo-se para além das concepções teóricas, como norte interventivo para a profissão. Neste quadro que há uma legitimação “teórico-metodológica” ancorada numa “cientificidade sistemática” (NETTO, 2015).

Após este período, entra em pauta a visualização mais específica do direcionamento de renovação específico tratado por *Reatualização do Conservadorismo*, que, não alcançou a abrangência experimentada pela direção anterior, porém, conseguiu se inscrever como uma possibilidade à parte deste anterior direcionamento, e o que posteriormente sucederia com maior força hegemônica.

O caráter principal da Reatualização do Conservadorismo foi a confecção e difusão de duras críticas às bases positivistas da perspectiva modernizadora, assim como também às teorias marxistas que sustentavam o pensamento de outra porção reivindicatória da categoria profissional. Desta forma, este segundo direcionamento se alicerça em formulações de base fenomenológicas.

Nesta concepção, é resgatada são resgatados alguns dos elementos identificados como os mais conservadores nos marcos da história do Serviço Social, inclusive muito ligado à própria perspectiva da igreja católica. É centralizado novamente o trato dos indivíduos a partir de métodos psicologizantes e subjetivistas:

A profissão à luz da fenomenologia é encarada como *ajuda psicossocial*. Netto (2011) aponta Anna Augusta Almeida como formuladora seminal da perspectiva de “reatualização do conservadorismo”. O autor afirma que a sua tese de livre docência apresentada em 1977 tem como base a formulação da “nova proposta” profissional. Essa nova proposição de intervenção versava sobre a tríade: pessoa, diálogo e transformação social, donde a linguagem, a entrevista *face to face* e o princípio da autodeterminação eram bases sólidas da nova proposta (NETTO, 2011, apud FREITAS, 2016, p. 49-50).

É importante destacar que houveram dois eventos importantes para marcar a abertura da pontuação com maior ênfase destes novos direcionamentos após a perspectiva modernizadora, que foram os seminários de Sumaré em 1978, e do Alto da Boa vista em 1984, no Rio de Janeiro, que se colocaram também como encontros dispostos a discutir os direcionamentos da profissão.

É necessário se atentar que a dimensão espraiada pela reatualização do conservadorismo não dá conta de apreender e compreender as problemáticas e contradições no seio da sociedade de classes, logo, não seria possível promover uma intervenção pautada na atenção à população, e, colocamos isto, não por considerar que seria o intento de perspectivas ligadas aos pensamentos conservadores, mas, porque justamente este direcionamento possuía sua base fenomenológica, mas, colocando-se como disposta a configurar uma postura crítica diante da realidade social e do próprio contexto do Serviço Social.

Diante de todo este contexto, a se considerar tanto o referente à especificidade interna ao seio da categoria profissional, quanto se alargando à imensa visualização da situação sócio-política-econômica em nível macro societário no âmbito nacional, é gestada também a terceira via de direcionamento do Serviço Social, que em último momento vai se apresentar com possibilidades de emergir hegemonicamente no âmbito do Serviço Social, que é a *Intenção de Ruptura*.

Considerando a conjuntura demarcada na época pela força militar autocrática burguesa, este direcionamento é apontado por Netto (2015) como tendo sido desenhado a partir do âmbito universitário, não podendo ter sido diferente, tomando por base de análise as impossibilidades de desenvolvimento desta vertente, sendo que se configurou enquanto a primeira alternativa que se colocou como sendo de fato crítica, pensando a categoria profissional, a análise da sociedade e sua intervenção.

Dentro desta perspectiva foram tecidas severas críticas à validade e legitimidade das formulações e propostas teórico-metodológicas encontradas nas vertentes modernizadoras de base positivista, e também, na reatualização do conservadorismo que se colocava à luz da fenomenologia. A intenção de ruptura se propõe a desenvolver-se enquanto um arcabouço teórico-prático, fincado na realidade, que esteja completamente desprendido de quaisquer

anteriores valores de caráter tradicionais e conservadores que marcaram a história da profissão, alinhando-se, desta maneira, à um movimento de reconceituação em voga na porção latino-americana continental.

Sendo esta a proposta de posicionamento delineado na intenção de ruptura, já se pode determinar que haveria grandes limites e desafios à serem transcendidos no interior da profissão, e, inicialmente, o próprio regime militar poderia impossibilitar o desenvolvimento desta perspectiva em vários dos possíveis âmbitos da categoria profissional, por isto, desta maneira, como já colocado, esta vertente desenrolou-se principalmente ligada aos espaços universitários, onde, minimamente haviam possibilidades de haverem construções de cunho democrático popular, e, segundo Netto (2015), houve neste processo o protagonismo em primeiro momento ligado a Escola de Serviço Social de Minas gerais.

A importância da efetiva inserção dos cursos de Serviço Social no circuito acadêmico – mais exatamente: a inscrição da formação (graduação e pós graduação) do assistente social no âmbito universitário – foi avaliada por nós como um dos vetores significativos que intervieram de forma decisiva no processo de renovação da profissão. [...] um exame mais cuidadoso das várias vertentes indica, sem deixar margem a dúvidas, que nenhuma delas vinculou-se tão umbilicalmente à universidade como a da intenção de ruptura (NETTO, 2011, p. 249, apud FREITAS, 2016, p. 50).

A partir deste processo de inserção e ligação mais íntima de reflexão aos ciclos universitários, houve grande salto positivo para a categoria profissional em relação ao seu auto reconhecimento, pois, neste bojo, foi que se deu a aproximação aos pensamentos da tradição marxista. O relacionamento com o pensamento em Marx possibilitou ao Serviço Social o entendimento da profissão enquanto categoria inserida nas relações sociais e na divisão social e técnica do trabalho, sendo possível compreender qual seria e/ou deveria ser o seu significado social, tendo em vista sua inserção na ordem capitalista (NETTO, 1989).

Além de destacar a importância do contexto universitário para a intenção de ruptura – que, foi essencial, apesar da dificuldade encontrada dentro deste próprio contexto e, ainda mais, para alargar-se para além dele, em decorrência dos limites institucionais, sociais e políticos inscritos pelo regime militar –, é de igual importância colocar e ressaltar a importância dos movimentos estudantis e movimentos sociais, que, em momento alinhado ao do enraizamento deste direcionamento no processo de renovação, a partir de meados dos anos 1970, aprofundavam a construção de lutas sociais em contraposição ao regime militar, que, em breve estaria entrando em crise, no seio das lutas pela redemocratização do País.

Os movimentos ligados à igreja católica foram os que mais encorpam os *fronts* de batalha em oposição ao regime. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)³⁴, a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Operária Católica (JOC), a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Católica de Esquerda que se organizava na Ação Popular (AP), todos esses movimentos eram ligados a uma ala da Igreja católica denominada de Teologia da Libertação, além do movimento estudantil, posteriormente particularizarei esse último (FREITAS, 2016, p. 52).

Junto aos movimentos de base católica, também se somaram as forças mobilizadas pelos movimentos de outras categorias, como os sindicais, por exemplo e, por este período, também houve uma guinada na organização de movimentos sociais camponeses como o MST, e também de partidos políticos como o próprio PT, sendo que, na verdade, mesmo estes, tiveram bases de ligação advindas dos setores progressistas da igreja católica. Além, também, da influência da militância no campo artístico-cultural.

Com estas movimentações conjunturais e aprofundamento das intervenções dos movimentos sociais e populares no seio das relações sociais em luta pelos direitos democráticos, a categoria do Serviço Social tem a possibilidade de se aproximar a partir da realidade com o que vem se desdobrando como processo de renovação da categoria, e, a aproximação aos movimentos sociais e a realidade das demandas e lutas sociais e populares são também decisivos para a constituição da postura que vem se configurando para ser adotada nos níveis teórico-metodológicos, técnico-operativos, e, principalmente, no campo ético-político da profissão.

Netto (2015) coloca que podem ser identificados três momentos específicos no decorrer do processo de constituição da perspectiva da intenção de ruptura, que são: o da emergência, o da sua consolidação acadêmica e o do seu espraiamento sobre a categoria profissional.

Pode-se avaliar que o fato já comentado a respeito de que houve um protagonismo da Escola de Serviço Social de Minas Gerais sobre os ensaios da formulação e lançamento de uma perspectiva de direcionamento crítico para a categoria, não foi ocorrência devido ao acaso, mas, como acontece de costume, decorreu das questões dadas pela conjuntura dinâmica e contraditória daquele espaço político-geográfico. Belo Horizonte era palco que centralizava fortes elites econômicas de caráter extremamente reacionárias. Neste espaço também houve forte organização de movimentos dos trabalhadores e também de movimentos estudantis, o que conformou um importante quadro de correlação de forças, a partir do qual se foi possível haver uma base analítica que impulsionou a categoria à formulação do pensamento crítico sobre as classes.

A perspectiva de intenção de ruptura, por mais que por um longo período estivesse sendo desenhada, passou por diversos contextos que chegaram a quase anulá-la, porém toma força principalmente pelo final da década de 1970, como coloca Freitas, à luz de Netto:

Ela se mantém marginal até o fim da década de 1970. Em 1979 foi realizado em São Paulo o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) que ficou conhecido como “Congresso da Virada”. A conjuntura política da época era de efervescência dos movimentos sociais, greves de metalúrgicos no ABC paulista lideradas pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (SP) exigindo melhorias nas condições trabalhistas. O movimento estudantil encampaou tais lutas. Foram essas as condições que permitiram que a intenção de ruptura rompesse os muros da universidade ao longo dos anos de 1980 (FREITAS, 2016, p. 53-54)

Nisto mais uma vez percebe-se o quanto o movimento de renovação em sua perspectiva de intenção de ruptura foi umbilicalmente relacionada ao movimento da sociedade empurrado pelas lutas sociais, e, sem o qual, haveria inclusive a possibilidade de este desenrolar histórico dentro da categoria ter sido estagnado, ou, sem ter permeado pelos meandros das práticas na realidade, a apreensão e capilarização destas novas noções poderiam ter acontecido de maneira ainda mais lenta ou enviesada.

Tendo base nas análises de Netto (2015), não é possível analisar o processo de intenção de ruptura sem destacar os dois pontos cruciais fundamentais que marcaram a trajetória da perspectiva, que foi a elaboração do “Método BH – Belo Horizonte” que marcou a emergência da intenção de ruptura, e as reflexões da Marilda Vilela Iamamoto e do Raul de Carvalho na obra “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil”, de 1982, que marca principalmente no âmbito acadêmico a consolidação deste direcionamento e impulsiona para o conjunto da categoria o seu aprofundamento.

Ainda à luz de Netto, sobre o Método BH, existe toda a contribuição que se deve creditar a esta elaboração, por ter sido possível, a partir dele, para a amplitude da categoria profissional, refletir sobre a possibilidade de superação das direções que se apresentaram com maior força anteriormente no trajeto de renovação da profissão, dando margem a uma compreensão de fato sobre o papel e constituição dos diversos níveis do Serviço Social e da conjuntura autocrática a qual a categoria atravessava.

Porém, o autor destaca que não se pode deixar de fazer importante menção também a algumas problemáticas referentes a esta formulação, que dizem respeito, por exemplo, ao “método” elencado que julga como sendo, de certa forma, engessado e apresentado como algo acabado, como que uma “receita de bolo”, que dá todo um percurso para obter resultados no seio da profissão. E também apresenta crítica em relação ao que se apresenta como “objetivo”,

meio que uma meta-síntese, que seria adotada pelo Serviço Social, e esta seria a “transformação da sociedade e do homem”. A crítica direcionada a esta determinação é colocada, pois, isto significaria trazer para si (categoria), a reponsabilidade que seria resultado de todo um processo mobilizado pela classe trabalhadora organizada coletivamente na construção de novas bases societárias, e, neste processo, o Serviço Social deveria ser uma das categorias que se aglutinaria ao todo.

E sobre a influência da obra “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil”, podemos nos referir à sua contribuição ímpar, principalmente no que diz respeito ao aprofundamento do debate da categoria alinhado aos pensamentos do método de Marx, que, desde sua aproximação, foi alvo de diversas críticas, pois, esta aproximação aconteceu inclusive em determinadas situações por vias de teoricidade esvaziadas e/ou enviesadas por determinadas vertentes da esquerda nacional.

Assim, é possível afirmar que a intenção de ruptura foi a única vertente de direcionamento de renovação que, no decorrer de todo o desenrolar histórico do Serviço Social, possibilitou a abertura de fato à ultrapassagem e superação de toda a tradição conservadora a qual se arrastou desde as suas primeiras formas de intervenção, seja pela influência da igreja católica, ou pelo caráter reacionário da autocracia burguesa. Ademais, não se pode imaginar este processo como tendo tido um início bem definido, e, muito menos um momento de encerramento, pois, é um trajeto que foi aberto, porém, encontra-se em constante processo de construção e reconstrução, dadas as adversidades das conjunturas históricas e suas especificidades políticas, sociais e econômicas as quais se atravessa.

2.2 – NOVOS QUADROS SÓCIO-HISTÓRICO-POLÍTICOS POSTOS AO SERVIÇO SOCIAL E À SOCIEDADE, E OS DESAFIOS DE MANTER RELAÇÕES JUNTO AOS MOVIMENTOS.

Este espaço se configurará como uma avaliação/análise de conjuntura. Trazendo a tradição, experiência e acúmulo junto aos movimentos sociais, e, também os estudos acadêmicos. É sempre importante destacar a extrema necessidade de se fazer esta análise.

Mas por que? O que significa analisar a conjuntura?

Significa justamente conhecer o que está inscrito no seio do espaço onde pisamos: quais os elementos que constituem as nossas possibilidades, e quais deles já perpassaram os espaços nos quais nós estamos vivenciando, isto, porque, como sempre discutido a partir das avaliações de táticas e estratégias junto aos movimentos sociais, apenas conhecendo o chão no qual

pisamos, conhecendo a realidade em que vivemos, seremos capazes de conseguir ter a possibilidade de nos movimentarmos diante desta realidade. Apenas desta maneira poderemos ser capazes de traçar nossas ações. É preciso conhecer a realidade para que possamos continuar avançando.

Pensando justamente no sentido de avanço, em relação ao Serviço Social e aos movimentos sociais, que, aqui há a proposta de conhecer a realidade, e, neste momento, nos debruçaremos, principalmente, às questões mais atuais em relação à sociedade e as movimentações do capital, dos movimentos e da academia. Porém, esta avaliação será realizada também, considerando o trajeto e elementos que já estiveram inseridos nas realidades passadas, e que, portanto, conformam nossa história.

Nos textos anteriores, discutimos sobre teorias clássicas que nortearam a base teórica, metodológica, dos movimentos sociais, e, também, sobre o Serviço Social, tanto a nível mundial, quanto em níveis nacionais, e, portanto, pode-se resgatar que, o Serviço Social passou pelo processo em que, por determinado período houve o engessamento da sua característica conservadora, inclusive reacionária, de modo que, serviu aos interesses da classe burguesa, sendo um agente articulador para que a classe trabalhadora se adequasse aos mandos e desmandos da ordem do capital. Porém, a partir de um período de transição, no qual foi possível o Serviço Social se aproximar de diversas outras perspectivas, tanto que reclamavam ao Serviço Social o retorno às suas antigas características, ligadas a setores conservadores com demandas tradicionais do Estado e igreja, mas, também, com aproximação e contato com setores progressistas da sociedade, e, portanto, o levou a disputar no interior da categoria para que se assumisse postura crítica, voltado para a defesa dos direitos dos trabalhadores (as). Tal postura é facilmente identificável na visualização dos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do Serviço Social:

Princípios Fundamentais do Código de Ética do Serviço Social:

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos a programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;

- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade; à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
- IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem do princípio deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;
- X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual na perspectiva da competência profissional;
- XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL LEI 8663/93, 2012, p. 23-24).

Desta maneira, é importante destacar que, passado este momento de renovação do Serviço Social despontando na sua perspectiva crítica, é necessário colocar que, este momento, assim como para diversos outros setores e categorias profissionais, em nível nacional, configurou um momento ímpar, em que houve o alavancamento das possibilidades populares, completamente atrelado às movimentações das populações no seio das lutas de classe no Brasil, relacionado principalmente ao período de lutas pela redemocratização nacional, o qual findou na construção da Constituição Federal de 1988, documento que ficou conhecido como a constituição cidadã, que foi o arranjo dos direitos que salvaguardam a população brasileira.

Porém, é importante destacar, tanto para o Serviço Social quanto para diversas categorias profissionais e populares, que este período foi extremamente dinâmico e contraditório, pois, logo após a abertura destas possibilidades coroadas a partir da constituição cidadã – e que, para a categoria específica do Serviço Social, em momentos próximos houve o auge do enraizamento da renovação da profissão, com postura aproximada às ciências sociais pela vertente do método marxista, e, aos movimentos sociais, portanto, pensando a categoria posicionada em favor dos direitos da classe trabalhadora – logo posteriormente, há a entrada, em nível nacional, no ciclo que engessou diversas possibilidades abertas naquele período, que foi a agenda neoliberal.

Para todas as categorias profissionais, houve forte refluxo das possibilidades de avanço, pois, com a inserção da ordem neoliberal, houver reorganizações institucionais, arrochos salariais, grandes acordos da burguesia nacional ligados aos setores financeiros/burgueses internacionais, havendo todo o processo de abertura e entrega das empresas estatais e riquezas nacionais para o mercado internacional. Nesta ordem, foram retirados ou houve a impossibilidade ao acesso a diversos dos direitos que haviam sido conquistados recentemente como acima citado.

Desta maneira, a conjuntura nacional se configurou enquanto um mar de dificuldades para a organização popular, pois, com a necessidade de, de fato, sobrevivência da classe trabalhadora, acabou sendo promovida uma situação em que as possibilidades de movimentações foram quase que dilaceradas.

A luta popular não deixou de acontecer, tanto no seio da classe trabalhadora em geral, quando no das próprias movimentações, do Serviço Social, tanto que durante a década de 1990, período marco da agenda neoliberal, continuaram se constituindo as formulações tanto dentro da categoria, quanto também, por exemplo, para a Assistência Social no Brasil.

No final da década de 1980 houve este coroamento das possibilidades populares com a constituição cidadã, após todo o processo de lutas das categorias constituindo diversos avanços tanto na área da educação ou do tripé da seguridade social: saúde pública, assistência social e previdência social. Porém, logo após entra em voga a agenda neoliberal que acaba minando muitas das possibilidades de materialização destes avanços, e, mesmo assim, tais categorias se mantiveram, dentro destes limites, se organizando sobre o debate das prerrogativas narradas na constituição cidadã.

Em síntese, feita esta explanação sobre este processo, houve as movimentações, porém frente a uma conjuntura que as empurraram para um certo influxo nos níveis dos movimentos sociais gerais, estudantis ou das categorias sindicais, por exemplo.

Posteriormente, podemos adentar ao debate sobre o ciclo de certa forma delicado e contraditório, que identificamos como neodesenvolvimentista, que emerge a partir dos governos do PT no Brasil, onde a classe trabalhadora consegue inúmeros ganhos e abertura de possibilidades, tomando por base a avaliação enquanto participante de movimentos sociais inscritos no âmbito ao qual chamamos de Campo Popular. A entrada neste ciclo foi o marco na expansão das possibilidades trabalhistas, estudantis, sociais, econômicos, dentre diversos outros elementos para todo o conjunto da classe trabalhadora.

Porém, compreendendo que, a composição do governo Lula, conseguiu se sustentar – apesar de que se possa e deva fazer diversas defesas e também críticas – e chegar ao executivo nacional a partir de todo um processo de articulações e alianças feitas com setores que, inclusive podem e devem ser colocados como antipopulares. Porém, foi o momento no qual, a partir destas articulações, a classe trabalhadora pôde experimentar um novo momento na sua experiência enquanto sujeitos sociais. Que se queira, ou que não, é necessário dar crédito ao fato de que houveram grandes expansões nas possibilidades de a juventude e o povo brasileiro a por exemplo adentrar aos espaços universitários, além do alargamento da educação básica em geral, para além do ensino superior, desta maneira, havendo fortes mudanças nos quadros de

analfabetismo, além de transformações na questão da distribuição de renda, a partir da constituição de diversos programas sociais, tendo articulações à categorias do seio popular, diga-se via movimentos sociais ou de organizações de categorias profissionais.

Porém, o que se avalia junto aos movimentos, é que, o ciclo neodesenvolvimentista, apesar de ter possibilitado diversos avanços, deixou pelo seu processo algumas lacunas, as quais seriam extremamente necessárias para que fossem trabalhadas, principalmente tendo em mente a necessidade da politização e da organização social, para que as pessoas compreendessem o que acontecia no seio da sociedade, e fosse possível apreender o porquê de estarem tendo acesso a determinados espaços e direitos, que, de fato, não aconteceram pela via da bondade ou favores governamentais, mas, configuravam minimamente a efetivação de direitos já listados nas prerrogativas da constituição nacional.

Uma das principais lacunas que podemos colocar é em relação a não politização da classe trabalhadora, o que deu brecha para que esta fosse realizada de maneira enviesada por outros setores da sociedade, e, não pelos setores da esquerda aproximada às demandas da classe.

Algo crucial que não foi realizado neste processo foi a democratização dos meios de comunicação. Sabemos que, nacionalmente existe uma monopolização dos meios de comunicação, a partir de grupos financeiros ou de demais ordens distanciadas dos setores populares e, estes, em poder destas ferramentas, constituem um forte núcleo ideológico, que tiveram e tem a possibilidade de influenciar, de maneira eficaz, a construção da consciência política da população.

Este elemento facilitou a possibilidade de, posteriormente, com a conjuntura de crise do capital atingindo as grandes potências mundiais, principalmente o imperialismo norte americano, a partir da ofensiva mobilizada pelos setores financeiros internacionais e nacionais, haver o processo que minou a partir de golpes de governos progressistas tanto no Brasil quanto em outros países da América Latina de economias periféricas em perspectiva mundial. É importante, inclusive, perceber que estes elementos se convergem em períodos aproximados em diversos países, tanto na inserção das agendas neoliberais, quanto sobre a entrada dos ciclos progressistas e os seus processos de derrubada.

Desta maneira, deve-se reflexionar sobre o fato de que, as mobilizações populares e os movimentos sociais não deixaram de acontecer durante o ciclo neodesenvolvimentista, porém, de fato, pode ter existido uma transferência de caráter na construção destas lutas, pois, em um momento em que minimamente era possível realizar algum diálogo pelas vias institucionais junto ao Estado, em relação às pautas que eram colocadas na ordem do dia pelos movimentos sociais e profissionais, acabou-se que, de maneira mais generalizada, a luta se pautou bastante

no sentido da mediação a partir das políticas públicas, o que pode ter gerado um determinado influxo em certos níveis, na manutenção do trabalho de base dos movimentos sociais e organizações profissionais junto às populações, tanto em setores nos quais já estavam inseridos, quanto em espaços nos quais historicamente se haviam dificuldades em abrir diálogos, que, infelizmente constituem a grande massa das populações principalmente nas periferias. Esta questão não se coloca como regra, pois, pode-se visualizar que diversos movimentos mantiveram suas posturas de pressionar a partir das lutas diretas o governo para o atendimento das pautas populares, e contra a adoção de medidas que se contrapunham aos anseios sociais.

Pensando esta situação, lembrando especificamente o Serviço Social, é importante destacar que, levando em consideração o exposto, também houve a modificação inclusive no quadro educacional. Com a expansão da educação, houve tanto o alargamento das instituições públicas, no nível superior com a interiorização das universidades com o REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, por exemplo, quanto houve um alavancamento das instituições privadas, pois, como já citado, o governo assumiu a característica de atendimento de demandas populares, porém, também havendo a abertura de margem para setores da burguesia interna e internacional.

Em meio a este processo, houve uma forte expansão dos cursos superiores de Serviço Social no âmbito privado, que, constituem a grande maioria do total de escolas de Serviço Social à nível nacional, e ainda neste gancho, deve-se atentar que, grande parte destes cursos estão registrados na modalidade EAD – Ensino à Distância. Esta visualização nos coloca um elemento importante a respeito do pensamento sobre a organização da categoria do Serviço Social. O Ensino a distância vem sendo debatido nas instâncias dos movimentos estudantis do curso e mesmo por movimentos sociais, pela problemática do compromisso com a formação profissional, que pode ser enfraquecida nesta guinada da formação aligeirada, findando por não conseguir, de maneira efetiva, se manter alinhado ao projeto ético-político da profissão, o que já se apresenta como um desafio até mesmo para os cursos em modalidades normais ou mesmo para a categoria profissional.

Daí a potência deste desafio, pois historicamente já existem dificuldades para haver a organização do MESS – Movimento Estudantil de Serviço Social, e das próprias entidades de organização profissional, dentro dos âmbitos universitários, e, esta realidade se intensifica quando se trata dos espaços privados, que se configuram enquanto a maior concentração das contradições no seio educacional.

Assim, o que é indicado consensualmente, atualmente, sobre a necessária relação do Serviço Social com os movimentos sociais, acaba por ser fragilizado, tanto acompanhando a

conjuntura da organização popular em nível geral, quanto acompanhando a própria visualização geral das escolas de Serviço Social em âmbito macronacional. Atentemos aqui, que, explanando este processo, não negamos a participação e atuação dos órgãos representativos da categoria profissional e estudantil do Serviço Social, como, por exemplo, o conjunto CFESS/CRESS e a ENESSO, categorias que mobilizam a necessidade sobre o debate em relação a formação profissional, politização da categoria e a construção de lutas articuladas ao contexto das lutas gerais da classe trabalhadora no contexto nacional.

Partindo para a caracterização do quadro sócio-político-econômico mais atual, é possível perceber o quanto as movimentações das correlações de forças podem se estruturar e reestruturar a partir de diversos elementos conjunturais diretos e (aparentemente) indiretos. Mas, marcadamente identifica-se uma evolução histórica fincada no processamento da constituição das forças populares, do Estado, e do arcabouço geral das expressões e representações capitalistas. Esta análise está fundada e alinhada ao que vem se debatendo no seio dos movimentos sociais populares, mais especificamente do bloco conformado pelo Levante Popular da Juventude, Consulta Popular – CP, Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra – MST, Movimento do Atingidos por Barragens – MAB, dentre outros do campo popular.

Existem em nível mundial três elementos contraditórios que no seio da organização capitalista ameaçam a estável hegemonia geopolítica do imperialismo estadunidense: o aprofundamento da crise econômica internacional, a crise da globalização neoliberal e a crescente agressividade política e militar imperialista. Neste quadro a configuração das forças mundiais marca a possível conformação de uma multipolarização, tendo em vista a ascensão econômica da China e da força militar Russa.

Há uma marca nítida relacionada à visualização da ameaça ao imperialismo norte-americano quando se volta ao Brasil, pois, com a crise internacional que se apresenta por volta de 2008, que vai se aprofundar posteriormente e ainda se mantém insolúvel, há a necessidade de este bloco hegemônico recuperar as taxas de lucro próprias das demandas capitalistas. Esta tentativa se manifesta pela intensificação do cerco de exploração dos países periféricos, e, para isto, é necessário que haja a recomposição da conformação da sua ampla influência política sobre estas áreas de exploração. Neste processo, há o movimento de abertura do mercado para a influência de grandes empresas multinacionais, apropriação desmedida de empresas estatais e de recursos naturais, elementos facilmente visualizáveis sendo implementados no espaço nacional neste período atual, assim como ocorreu, de maneira semelhante, no decorrer da emergência neoliberal na década de 1990.

Neste sentido, é notório o fracasso das ideias que se alastraram largamente à nível mundial, sobre a falácia capitalista neoliberal e sua pregação sobre a recomposição dos ciclos de crise econômica, dentro da própria organização do livre mercado com a constituição do estado de bem estar social – que nunca existiu no Brasil, diga-se de passagem –, e, a resposta a este quadro, é a dinamização das possibilidades políticas e também militares, onde, se difunde o ataque aos ciclos democráticos de países periféricos pelas vias das manobras jurídico-institucionais com, por exemplo, no caso brasileiro, a aplicação de golpes, além também dos que ocorreram em outros países da América Latina.

No quadro mundial a agressividade do imperialismo norte-americano se expressa pela visualização da crescente possibilidade de instituição de outras nações como potências mundiais capazes de disputar sua hegemonia constituída historicamente. Neste sentido, há uma corrida em meio à disputa comercial e desdobramento de guerras militares focalizadas e localizadas em determinadas partes do mundo.

É importante reflexionar que, dentro deste processo de ofensiva imposto pelas forças hegemônicas mundiais, causando desestabilização nos países distanciados dos centros de poder, há, para além da imposição de desafios, a abertura às possibilidades do desdobramento de processos de lutas populares, que devem ser instigados principalmente no sentido da defesa da soberania nacional a partir da integração das forças populacionais.

No Brasil, o desdobramento do processo do golpe de 2016 teve ligação direta com as bases acima citadas. Porém, com questões pontuais que é importante que sejam destacadas.

Pelo período do primeiro governo Dilma se alastrava o aprofundamento da crise internacional que reverberava em nosso território nacional, porém, a partir do que vinha se desenhando dentro do pacto neodesenvolvimentista, havia uma redução da taxa de lucro da porção burguesa que constituía o acordo pactual, na contrapartida da elevação salarial. Neste quadro acabou havendo o início do afastamento de setores burgueses nacionais ao governo Dilma, o que deu vazão à aproximação de setores golpistas já à intento da tentativa de implementação das agendas neoliberais para modificar o quadro que vinha arrastando de maneira desfavorável à forma que fosse interessante aos setores burgueses.

Um elemento central que facilitou a movimentação golpista foi o já discutido em relação as lacunas deixadas durante o ciclo PT, sobre a não politização da população e não constituição de um projeto aproximado à soberania popular, sendo conformado na verdade, um projeto de nação ao qual se colocava ao controle de setores antipopulares.

Acreditamos que as massas populares possuem a força necessária para conduzir a sociedade às mudanças estruturais, e, justamente por isso avaliamos que a não constituição de

uma base popular fragilizou a possibilidade de identificação e resistência ao golpe que se arquitetava no âmbito nacional. Desta maneira, no momento em que foi necessário se ter o apoio da classe trabalhadora, esta, esteve de certa forma alheia a este processo, sendo que, as categorias das organizações sociais/populares democráticas também não possuíam a força suficiente para esta mobilização, apesar de nunca terem se furtado deste processo – sendo que, dentro da própria esquerda, houve forte pulverização das categorias de análise em relação ao golpe, principalmente em seus primeiros estágios.

Esta característica aprofundou-se de maneira mais incisiva principalmente a partir do segundo governo Dilma, onde, neste contexto das correlações de forças por dentro do governo, houve o equívoco em relação a adoção da política econômica, havendo margem a entrada de ajustes neoliberais, que promoveu cortes, redução de investimentos, aumento de taxas de lucros, valorização do consumo e incentivo industrial internacional em detrimento do nacional. De certa maneira a condução do governo chegou ao ponto de estar quase que indefensável, onde, dentro deste processo, houve expressivo isolamento do governo em relação ao apoio popular.

Neste momento é interessante se fazer menção à ampla construção popular que ocorreu de 2013 para 2014 – onde, após os ciclos de junho de 2013, com as intensas e volumosas movimentações populares, tendo seu estopim pela questão do aumento das passagens em São Paulo, logo se desdobrando por todo o território nacional, o que configurou uma importante demonstração da força popular, porém com pautas difusas e sem necessariamente uma orientação ou norte político-organizativo –, que foi a construção do Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político, onde mais de 450 organizações, entre movimentos sociais, artísticos, religiosos, partidos políticos, associações, ONG's, se propuseram a debater a necessidade da reforma política a partir de uma nova constituinte, para que pudéssemos ter um congresso nacional com a câmara dos deputados e o senado que realmente representassem a população em sua diversidade e especificidade, o que na realidade se apresenta de forma exatamente contrária.

A construção do Plebiscito Popular, por mais que não tenha aglutinado certas porções da esquerda organizada, resultou em um importante saldo político e organizativo, a partir de todo o trabalho de base realizado pelos movimentos com as populações nos mais diversos espaços urbanos, rurais, estudantis, periféricos, trabalhistas, etc.

Este destaque é interessante para se visualizar como estava sendo feita a análise da conjuntura no momento, para se dar continuidade a esta avaliação do processo do golpe de 2016, pois, voltando às contradições logo acima colocadas, pode-se determinar que foram cruciais no favorecimento da ação das forças golpistas dirigentes, constituídas pela burguesia

associada ao capital financeiro que, representados principalmente no legislativo nacional, e a alta classe média, que pode ser representada por setores do Ministério Público Federal, Polícia Federal e Judiciário com o jogo orquestrado dentro da operação Lava Jato. Havendo ainda neste contexto a atuação decisiva da representação ideológica externa constituída pela influência midiática da rede globo de televisão, o que remete a mais um ponto já citado anteriormente sobre a necessidade não realizada da democratização dos meios de comunicação.

Neste cenário, houve certa pulverização em relação aos posicionamentos das forças democráticas, principalmente no período inicial do aprofundamento da ofensiva às massas populares. Porém, mesmo assim se construiu um amplo processo de resistência aos sucessivos ataques. Apesar destas construções, a população sofreu uma série de derrotas, onde entra para o histórico nacional mais um evento em ocorre um golpe ao executivo nacional, com o impeachment sem crime de responsabilidade da presidenta Dilma, e, posteriormente a condenação e prisão do Lula, através dos jogos de poder organizados por dentro da operação lava jato.

Nestes meios se operacionalizou o central para o processo de restauração do projeto do grande capital nacional e internacional, que é recuperar sua taxa de lucro, e, tomando a posição do imperialismo estadunidense, retomar e ampliar sua influência sobre os países periféricos. Neste sentido, há o processo de aniquilamento dos dispostos oficiais, pela via constitucional do texto de 1988, quando há, por exemplo, a reforma trabalhista, e Emenda Constitucional que congela os gastos públicos durante vinte anos, o desmonte do SUS, da Assistência Social, da Previdência Social, além de flexibilizar, ou pode-se dizer, entregar, empresas estatais e fontes de desenvolvimento interno, que foi o processo ocorrido principalmente na década de 1990.

Tal situação vem sendo desenhada com o slogan central do combate à corrupção, pregado a partir dos setores da burguesia representas nas instâncias e espaços já colocados. O resultado é o quadro que já se se torna cada vez mais visível de aprofundamento da extrema pobreza e do desemprego, ampliando em níveis catastróficos as desigualdades sociais.

Neste momento, principalmente a partir de 2016 onde de fato há o coroamento do golpe vem se desdobrando de forma escancarada a real intenção dos campos golpistas, o que possibilitou uma ampliação na unidade organizativa e popular das forças democráticas nacionais, configurando um quadro de correlações de forças acirradas, porém, havendo ao setor golpista a ampla hegemonia sobre a máquina necessária à operacionalização das necessárias medidas ao seu fortalecimento.

No momento mais atual, uma das representações máximas de ataque ao povo pode se descrever na ainda corrente estratégia de inviabilizar a candidatura do Lula, que se torna a

expressão da resistência popular. Sabendo-se, dentro do âmbito de debates junto aos movimentos que a estratégia popular não deve se limitar a ter como espécie de norte revolucionário a vitória no executivo nacional, há, neste momento, que se avaliar que, houve forte derrubada das possibilidades de organização social das forças democráticas, e que, para que haja possibilidade de transição à outro quadro conjuntural, é necessário que se tracem novos objetivos táticos.

A possibilidade de rumar ao tracejamento e atendimento de novas possibilidades, neste momento, exige a avaliação de dar centralidade à questões de curto, médio e longo prazo. No curto prazo, está dada a possibilidade de aprofundamento do isolamento das forças populares, ou de construção de um quadro minimamente favorável ao alavancamento das bases da organização social. Este elemento está representado na necessária defesa da ocorrência de um processo democrático nas eleições de 2018, onde, cabe como tarefa urgente das forças democráticas e populares organizadas garantir este elemento, combinando à defesa, por exemplo, do direito de candidatura do Lula, sendo que, a inviabilização desta, neste momento, reflete na imobilização da força do povo, sendo a principal possibilidade de representação popular.

Uma derrota eleitoral em 2018 representará um forte elemento para delimitar a expansão das forças golpistas, que poderá ampliar de maneira mais acirrada sua capacidade de engessar de maneira física (que já vem ocorrendo), moral e política as movimentações populares. Desta forma, uma vitória poderá representar a abertura de um quadro mais dinâmico – mesmo com todas as dificuldades que ainda estarão postas – para que se amplie a luta social pela defesa do que precisa ser central na estratégia da esquerda brasileira: a ampliação da soberania nacional e a retomada da democracia, para que possa construir o processo de conquista do poder do estado para o povo, alargando a força social das massas para sustentar o projeto nacional que promova a reconfiguração nas bases sociais.

Para tal, inicialmente, será necessário que no caso de vitória nas urnas em 2018, seja pressionada pela força do povo para a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte para revogar as medidas golpistas tomadas neste período.

Neste sentido, é necessário que haja vista para que, apenas a população de maneira massiva tem a possibilidade de construir esta resistência contra o golpe que afeta todo o povo. Neste sentido são necessárias construções de amplas forças organizadas dentro deste processo, a exemplo das Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, que aglutinam grande parcela das representações organizadas da esquerda nacional na construção de estratégias de resistência,

porém, sabe-se que ainda é necessária a ampliação desta força para que se gestem novas alternativas que independente da ação, será árdua e em longo prazo.

CAPÍTULO 3 - SERVIÇO SOCIAL NA UNILEÃO: VIVÊNCIAS DE ESTUDANTES COM MOVIMENTOS SOCIAIS.

3.1 – PERCURSO METODOLÓGICO

O presente estudo se trata de uma pesquisa bibliográfica, e de campo. A pesquisa de campo se caracteriza por, além da pesquisa bibliográfica, utilizarem-se coleta de dados junto a pessoas com recursos de diferentes tipos de pesquisa. (FONSECA, 2002. Apud GERHARDT e SILVEIRA. 2009). A pesquisa bibliográfica “é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites” (FONSECA, 2002, p. 32, apud GERHARDT e SILVEIRA. 2009. p.37).

Possui caráter misto, ora exploratória - que é o tipo de pesquisa que “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (GIL, 2007, apud GERHARDT e SILVEIRA. 2009. P. 35), ora descritiva - em que se “exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade. ” (TRIVIÑOS, 1987, apud GERHARDT e SILVEIRA. 2009. p. 35).

As fontes utilizadas são primárias e secundárias.

Os sujeitos da pesquisa foram os (as) estudantes do curso de Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, que, durante sua realização encontravam-se no momento da graduação, e também, egressos da Instituição.

O universo pesquisado foi composto pelos (as) estudantes do curso de Serviço Social da UNILEÃO (e egressos) que participavam, ou em algum momento durante a graduação participaram de algum movimento ou organização social, política, cultural. Desta maneira a amostra retirada deste universo, compreendeu o número de 05 (cinco) pessoas, que representa grande parte do universo da pesquisa, independente do sexo, orientação sexual, identidade de gênero, idade ou situação socioeconômica, sendo que, infelizmente há um número reduzido de pessoas no âmbito do curso e da instituição que constituem movimentos populares, e a seleção destes sujeitos foi feita a partir da própria percepção, conhecimento e busca do autor do trabalho.

Em relação ao tipo de coleta de dados, foi utilizada a técnica de entrevista de Grupo Focal. Esta técnica de coleta tem como objetivo principal estimular os participantes a discutir

sobre um assunto de interesse comum, se apresentando como um debate aberto sobre um tema. Os participantes são escolhidos a partir de um determinado grupo cujas ideias e opiniões são do interesse da pesquisa. (BAUER & GASKELL, 2002). Desta maneira, as entrevistas se caracterizaram enquanto semiestruturadas. Porém, no decorrer da pesquisa, ocorreram contratempos, que determinaram a impossibilidade de algumas das pessoas de participarem do momento do encontro para a realização do grupo focal. No entanto, o fato não impediu a ocorrência deste, mesmo com número reduzido de pessoas. Desta forma ocorreu que as contribuições dos (as) demais sujeitos da pesquisa foram enviados em formato de áudio a partir de plataformas digitais.

O estudo se configura como uma pesquisa qualitativa, a qual “não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc” (GERHARDT e SILVEIRA. 2009. p. 31). Portanto, a análise dos dados obedece à mesma perspectiva.

Foram utilizados recursos digitais para registros, como gravação de voz, a partir do consentimento dos (as) entrevistados (as), mediante assinatura do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) entregue à cada contribuinte da pesquisa.

A pesquisa obedece à resolução 466/12, que trata sobre o respeito, a dignidade e a proteção aos sujeitos de pesquisa, no desenvolvimento de pesquisas no Brasil.

Desta forma, atendendo as perspectivas de precauções éticas, as identidades dos (as) participantes da pesquisa serão mantidas em sigilo. Constitui-se, em contrapartida, a disposição de um material comprometido com a realidade dos sujeitos sociais inseridos no âmbito universitário e dos (as) militantes de movimentos sociais, que pode contribuir com o norteamento de possibilidades de desenvolvimento de estratégias teórico-práticas para a construção de novas maneiras de perceber e relacionar o Serviço Social e o âmbito acadêmico ao contexto social de lutas de classes onde se inserem diretamente os movimentos.

3.2 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS DA PESQUISA

A partir do descrito logo acima sobre o caminho metodológico tomado para a conformação desta pesquisa, é interessante destacar que, este momento de analisar, discutir e reflexionar os dados coletados a partir das colocações dos (as) participantes desta pesquisa, configura um dos principais momentos deste constructo, onde é possível de maneira mais aproximada a determinada realidade ter acesso à questões determinantes sobre o que se propôs a investigar dentro desta investida científica.

Porém, é importante relembrar e destacar que, a construção dos momentos anteriores que constituíram os primeiros capítulos do trabalho, também assume de certa forma esta característica, por se tratarem da afirmação a partir do aglomerado teórico pesquisado e também da sintetização das elaborações de reflexões coletivas construídas com base na vivência junto aos movimentos sociais, em meio às suas construções cotidianas na atividade de enfrentamento às opressões sociais.

Desta maneira, o processamento de dados específicos, por assim dizer, não estarão presentes apenas neste capítulo, como pode ser mais costumeiro de se observar em pesquisas científicas, mais especificamente na organização de trabalhos de conclusão de curso com caráter de investigação de campo, mas, grande parte do arcabouço teórico instituído anteriormente, que pôde ser observado até este momento, esteve entrelaçado neste caráter de ligação às vivências, como já foi afirmado no momento introdutório deste trabalho.

Focando especificamente na construção das reflexões deste capítulo, as quais são costuradas com base nas colocações dos (as) participantes da pesquisa, é importante ainda ressaltar que, o exposto se refere principalmente à visualização da vivência no contexto mais específico da IES – UNILEÃO, compreendendo também um período mais característico que alcança a conjuntura de cerca de desde há quatro anos. Além de, também, se pensando as experiências nos movimentos sociais, há um norteamento dos (as) sujeitos (as) pesquisados (as) mais relacionados ao espaço da região do Cariri.

Desta maneira, em certos níveis, as questões aqui expostas podem ou não refletir um quadro mais amplo referente às demais IES e movimentos sociais em outras regiões do Estado ou do Brasil. Este elemento é importante, pois, também relacionado a outras questões, é debatido a importância de considerar as diversas possibilidades presentes nas especificidades dos contextos históricos e espaciais de onde se vive.

O norte central para que cada participante pudesse desenvolver suas reflexões dentro da pesquisa, foi – a partir da apresentação de qual o intuito da construção do trabalho – qual teria sido, na especificidade de cada um e cada uma, o contributo que houve no fato de, durante a experiência de atravessar o contexto acadêmico do curso de Serviço Social na UNILEÃO, estarem inseridos no seio dos movimentos sociais na região do Cariri.

Neste sentido, analisando as falas dos (as) participantes da pesquisa, foi possível elencar três eixos principais que são presentes e se entrecruzam nas colocações, que apresentam dentro destas contribuições, limites e desafios, e, conseqüentemente, dão margem à visualização de necessidades e possibilidades de construção no que tange ao curso, à instituição, aos movimentos sociais e à formação profissional. Os eixos são os seguintes:

1 – Contribuição para a formação da consciência política a partir da aproximação aos movimentos sociais, e aprofundando da reflexão acerca da necessidade do encurtamento entre a teoria e a prática;

2 – Limitações do curso na instituição em fomentar a participação dos (as) estudantes nos movimentos sociais e a compreensão desta importância;

3 – Lacuna no contexto do curso sobre a contemplação em nível amplo em relação aos debates de gênero, questões raciais, diversidade sexual e religiosa dentre outros elementos, que são centrais para a necessária postura profissional desconstruída dos preconceitos sociais.

Eixo 1 – Neste momento o destaque central do debate gira em torno da questão da construção ou despertar da consciência política. As falas dos (as) participantes convergiram muito ao fato de que, mesmo apesar do elemento de estarem no curso de Serviço Social, que possui matriz teórica crítica, foi apenas a partir da sua inserção no seio dos movimentos sociais que houve a possibilidade de, de fato, compreender e acreditar em como acontecem os processos de exploração social no âmbito da organização capitalista, e, logo, qual a necessidade da luta em defesa das populações.

Estar inserida nos movimentos sociais durante a minha vida acadêmica, eu classifico como essencial pra minha consciência política. É lógico que, a teoria que você absorve no interior da universidade, ela é bastante válida, mas, ver, no cotidiano, na prática em si, como se nasce, se constrói essa consciência política dentro dos movimentos sociais é uma oportunidade única numa vida acadêmica. Porque, se tem contato durante o estágio com os usuários dentro das instituições em um estágio de consciência política que não é desenvolvida como dentro dos movimentos sociais, então, por isso que eu classifico como única, como essencial. E pra minha própria consciência política, para minha militância que acredito que, se eu não tivesse tido essa oportunidade durante a vida acadêmica, esse momento teria demorado um pouco mais para acontecer, devido a própria organização da nossa vida pessoal com a vida acadêmica, com o trabalho. (PARTICIPANTE 4)

Nesta fala é interessante destacar que, como pôde-se perceber, a aproximação da pessoa participante 1 aos movimentos sociais se deu através da instituição a partir de alguma disciplina ou atividade do curso, porém, em próximos momentos na exposição de outras falas será possível perceber que há a colocação de que a aproximação não se deu e não aconteceria por estas vias.

É possível refletir dentro destas colocações sobre como, dentro do contexto acadêmico, acontecem experiências de forma mais intensiva com espaços para além das quatro paredes da sala de aula ou dos muros da universidade. É citado sobre a experiência do estágio como sendo esta, que, no caso específico do curso acontecem durante dois semestres em meio aos equipamentos nos quais há a inserção do Serviço Social. Porém a passagem pelo estágio acadêmico é também componente do processo de formação profissional, logo há forte atenção

ao desenvolvimento deste momento, sendo que, dependendo de como se dá o processo de acompanhamento ou formação anterior, não necessariamente este espaço se conformará enquanto um ambiente frutífero ao desenvolvimento de fortes reflexões acerca da realidade profissional e social, embebida da necessária avaliação política dos processos sociais.

Para desenvolver este debate de maneira justa e comprometida com a realidade, não se pode instalar apenas o possível pensamento de que há um esvaziamento do conteúdo crítico e político-profissional dentro dos parâmetros do curso de Serviço Social na instituição, especificamente. É necessário que haja a visualização e reconhecimento de que esta perspectiva está presente, conforme a demanda de alinhamento ao projeto profissional, porém, deve-se atentar às possíveis limitações que pode existir nestes processos, ou mesmo, identificar qual o desprendimento de atenção que há sendo girado a este elemento constitutivo da formação profissional, que é o que vem sendo ressaltado nas falas dos (as) participantes da pesquisa.

[...] mas só tando dentro do movimento social é que você vê como é, sabe? Que você sente como é participar de alguma coisa. Que a gente fica pensando: poxa, eu participo, sei lá, de várias formas, orientando, converso, participo de grupos de estudo e tal, mas você sair pra defender os seus direitos, você sair pra lutar pra tentar conquistar – conquistar, não, porque os direitos foram conquistados na Constituição Federal – mas tentar lutar para que esses direitos sejam efetivados, é uma sensação totalmente diferente. E, a partir daí eu pude também fazer essa aproximação das duas coisas: movimento social e do curso de Serviço Social, porque o curso de Serviço Social ele traz, por mais que eu não tenha conhecido o movimento social a partir do curso, mas ele traz um arcabouço teórico que contempla essas questões, certo? Que a partir dos movimentos sociais eu pude aplicar. Eu acho que existe muita teoria no Serviço Social, sem prática, então, a gente aprende que a gente deve lutar, mas a gente não luta, isso, no interior da faculdade, no interior do curso acadêmico. A gente aprende que deve lutar, a gente aprende que deve se unir, a gente aprende várias coisas que não exatamente deveria acontecer. Aí você chega no movimento social, conhece uma galera que não cursa Serviço Social, que seja de N's cursos diferentes, seja da área de humanas ou não, mas a galera tá ali, e a galera conhece, a galera entende o que é ser movimento social. Então, acho que, você entrar no movimento social, você começa a entender a proporção que aquilo tem. (PARTICIPANTE 1)

Neste sentido deve-se pensar o processo pedagógico que deve envolver a constituição de uma práxis profissional, para que se haja o envolvimento de fato do que se diz e o que se faz, o que se estuda e o que se desenvolve nas mediações da intervenção. Este debate remete à reflexão sobre o caráter pedagógico que a intervenção profissional precisa assumir, da mesma maneira que a ação dos movimentos sociais se configura enquanto uma vivência pedagógica para a apreensão sobre a realidade, que pode e deve ser percebida pelo Serviço Social. Bem como também cabe o pensamento acerca da questão da diferenciação ou distanciamento entre a teoria e a prática.

Devemos trabalhar constantemente o reconhecimento de que as relações sociais se dão pela via das trocas de experiências, independente dos níveis ou características que sejam. As relações conformadas na sociedade capitalista geram contradições que demarcam relacionamentos conflituosos no seio social. Em meio a estes processos há o estabelecimento de trocas, que conformam a constituição de conhecimento pela via da dialética entre os atores sociais. Este relacionamento é pedagógico, e deve ser apreendido de maneira que aprendamos com os processos.

Os movimentos sociais enquanto constituintes de um caráter de intervenção mais direta em determinados âmbitos, possuem forma de desenvolvimento a partir da reflexão deste sentido, observando as dimensões do sentir, do pensar e do agir. Desta maneira, a vivência dos estudantes e profissionais do Serviço Social atrelada aos movimentos sociais assume este sentido pedagógico, onde, a partir da troca e experimentação, há abertura para a própria reflexão do seu fazer enquanto ação interventiva nos âmbitos profissionais nos quais haverá inserção.

É necessário destacar estes elementos, pois, não devemos esquecer que no ato de enfrentamento das expressões da Questão Social, a intervenção profissional dos da categoria do Serviço Social também se configura enquanto uma ação pedagógica envolvendo os diversos níveis inseridos nesta ação, desde os (as) usuários (as) de determinados serviços, os aparelhos estatais ou não que se atravessam no atendimento destas demandas, até a própria categoria profissional, como pode-se destacar:

Nessas mediações, a função pedagógica que exerce na dimensão interventiva apresenta-se diversificada pelos vínculos contraditórios que estabelece com os projetos societários das classes sociais que na sociedade disputam hegemonia e materializa-se por meio os efetivos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nos processos interventivos. Tais processos, sob a forma de prestação de serviços de ordem material e ideológica, incidem na reprodução física e subjetiva desses segmentos e na própria constituição como profissão. Através do exercício desta função, a profissão inscreve-se no campo das atividades formadoras da cultura, constituindo-se elemento integrante da dimensão político-ideológica das relações de hegemonia, base em que gesta e desenvolve a própria cultura profissional. (ABRAMIDES; DURIGHETO, 2014, p. 199).

Neste sentido, reforça-se a necessidade de superação da falácia que se cria em torno das diferenças entre a teoria e prática, como nas falas infelizmente largamente difundidas não só no contexto da categoria profissional do Serviço Social, de que na prática a teoria é outra. O que há, é a instituição de diversos atravessamentos de base macro sistêmica, que, reverberam incondicionalmente no direcionamento, ideação e operacionalização dos exercícios cotidianos da vida profissional em relação aos atendimentos de usuários, além de todo o restante do desenvolvimento do processo de trabalho, para além do atrelado a este elemento.

Estes atravessamentos, envolvidos nas especificidades da conjuntura a qual vivenciamos já debatida anteriormente, conseguem em diversos níveis limitar a formação e ação profissional, impondo desafios à todas as categorias profissionais. Neste sentido, que se deve resgatar o sentido da unidade nas forças sociais, constituídas pelas organizações sociais, políticas, culturais, profissionais, pois, esta tradição correlaciona as categorias da formação e ação, com a inserção das especificidades técnicas e metodológicas, mas também havendo centralidade no pensamento do sentido político assumido pela profissão.

Eixo 2 – Neste espaço é trazido ao debate reflexões que remetem a – a partir do visualizado de contributo pela via da aproximação aos movimentos populares – limites e desafios colocados nas falas dos participantes, que, podem ser vistos como concernentes ao espaço institucional, mas também às fragilidades impostas pelos ciclos conjunturais que impõe à organização política estudantil e profissional do Serviço Social diversas dificuldades em relação ao seu desenvolvimento, o que também pode, de forma direta, impactar o inter-relacionamento do Serviço Social e os movimentos sociais, conseqüentemente, também, podendo fragilizar o desenvolvimento da formação política para a categoria.

Estas limitações, tratadas neste momento, são referentes principalmente aos limites que o curso e a instituição possuem, em fomentar ou aprofundar junto aos estudantes a necessidade de haver o envolvimento dos e das estudantes nos movimentos populares de enfrentamento às opressões sociais, ou mesmo movimentos organizados politicamente no seio da própria categoria, que, conseqüentemente deverão mobilizar lutas para além do âmbito da universidade. Bem como, também paira o debate sobre a dificuldade da defesa do porquê da importância destas associações.

[...] eu acho que é preciso fomentar a ideia também de que, a minha aproximação aos movimentos sociais não se deu através do curso de Serviço Social, pelo contrário: foi um movimento inverso. [...] É preciso também colocar que, o fato que a educação dentro da universidade privada, eu acho que a educação no geral, ela é fomentada numa perspectiva de produção, ela ser produtível ao capital, de você servir a ele de uma determinada maneira, muitas vezes a academia ela não coloca o fomento da inserção dos discentes dentro dos movimentos sociais, porque é muito mais importante números e dados de índices dentro da universidade do que realmente estar adentrando nos movimentos sociais, estar à frente de movimento dos movimentos sociais na luta social. (PARTICIPANTE 2)

Nesta ótica, é possível observar forte problemática, de fato, relacionada ao contexto educacional em níveis mais amplos, sejam regionais, estaduais ou nacionais, pois, a partir da configuração conjuntural na qual vivenciamos, sobre a qual já debatemos, onde há conflitos de lutas de classes, pela disputa de hegemonia, sabe-se que quem ainda detém, mesmo que pela

via do Estado, forte influência sobre a organização metodológica da estrutura educacional são setores ligados à burguesia.

Logo, não há necessariamente neste cenário o interesse deste setor pelo compromisso em pensar a estrutura educacional, como sendo um espaço em que de maneira fortemente incisiva, sirva aos anseios e necessidades das demais classes em se constituírem em meio ao processo educacional em moldes que possibilitem inerentemente a emancipação intelectual e muito menos material, humana.

Atualmente a formação profissional em Serviço Social vem encarando diversos desafios, tanto no âmbito regional como nacional. O processo de *contrarreforma da educação ensino superior* (LIMA; PEREIRA, 2009) vem incidindo diretamente no rumo dos futuros assistentes sociais. O investimento desenfreado nas instituições de nível superior da iniciativa privada em detrimento da esfera pública é característica principal desse procedimento. Se observarmos dados quantitativos das instituições de ensino superior (IES) até o ano de 2006, existia um total de 2.398, sendo 2.141 privadas e 257 públicas. Cerca de 89,28 % respondem a iniciativa privada, enquanto 10,72% se reportam como instituições públicas (LIMA, PEREIRA, 2009). Percebemos que essa ofensiva não é uma novidade e caminha sinuosamente na direção contrária a perspectiva da educação como um direito, pública, gratuita, laica e de qualidade (FREITAS, 2016, p. 77).

Retomando uma citação já feita nos momentos iniciais deste trabalho, é interessante lembrar que, como dia o Leonardo Boff: a cabeça dos (as) sujeitos (as) pensa a partir de onde os pés pisam. E assim o deve ser. Não se pode fugir dos contextos para relacionar determinadas análises. Os dados da pesquisa aqui expostas explicitam a dificuldade encontrada no âmbito institucional específico ao qual nos referimos com este estudo, porém, seria de descompromisso ético não ser feita esta análise dos percursos de conformação educacional, porém, atenção, esta consideração não é feita com intuito de isentar ou culpabilizar algum nível ou parte envolvidas nas problemáticas .

Em consonância com o alargamento dos espaços de ensino superior em nível geral a partir da iniciativa privada, há forte avanço também na expansão dos cursos de Serviço Social, sendo que marcadamente muitos encontram-se na modalidade de Ensino a Distância – EaD. Neste sentido, é alarmante a possibilidade de descaracterização do cerne do compromisso teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político atualmente assumido pela profissão a partir de todo o processo que possibilitou esta conformação, pelo fato de que, não necessariamente a formação desenvolvida nestes espaços atende às demandas dos cursos, inclusive porque, o tripé essencial universitário que aglutina o ensino – pesquisa – extensão não se torna obrigatoriedade em várias destas instituições educacionais, havendo o atendimento por vezes apenas do eixo do ensino.

Desta maneira podem ser delineadas as dificuldades que pairam por sobre a organização geral das instituições, e, conseqüentemente, também pode-se estender com esta análise ao contexto da UNILEÃO. O desenho que estamos apresentando, afeta de maneira direta a possibilidade da organização geral dos estudantes, e, conseqüentemente dos profissionais. Deve-se lembrar que, as instituições de representação estudantil e profissional tiveram e tem relação direta com o desenvolvimento e aprofundamento dos processos de organização política e social dos (as) sujeitos (as) do âmbito do Serviço Social tanto nos alcances da categoria quanto para os contextos amplos de articulação com as lutas dos trabalhadores em geral, como é indicado inclusive no Código de Ética profissional do Serviço Social.

Falar em movimento social e Serviço Social acho até um tanto delicado, porque assim, nas minhas concepções, movimento social, a ligação dele com o Serviço Social é altamente necessário. Ele veio do movimento de reconceituação. A luta do serviço social já veio desde esse período, até mesmo porque a aproximação que temos com a teoria de Marx, a aproximação que temos com o marxismo é justamente através dos movimentos sociais, há uma ligação entre os dois temas. [...] E aí no decorrer da profissão, infelizmente, essa perspectiva de revolução na gente termina sendo afastada, como também termina sendo afastada do próprio Marx. [...] E aí o que acontece: o Serviço Social tem no seu código de ética estabelecido que deve estar junto dos movimentos sociais, que deve participar dos movimentos sociais, só que infelizmente isso não é tão praticado, e a própria universidade em si, ela afasta o aluno dos movimentos sociais, ela coloca o aluno longe dos movimentos sociais, então assim, a própria universidade não politiza os alunos do Serviço Social à se aproximar dos movimentos sociais, ela tem uma grande falha aí, ela tem uma contribuição nessa falha. (PARTICIPANTE 3)

É importante se manter um tato cuidadoso em relação à estas situações de aproximações ou afastamentos, pois, é possível se visualizar diversos quadros em diversos espaços diferenciados. Sabe-se que o movimento estudantil e os órgãos de representação da categoria, historicamente são os agentes que conseguem movimentar de maneira mais acertada e incisiva a inserção da categoria nas agendas políticas, característica a qual é essencial ao processo de formação e o comprometimento ético-político nos processos de trabalho, porém, estes processos acabam por não alcançar todos os espaços devido à diversos tipos de limitações. O âmbito educacional de nível superior privado, por exemplo, se configura enquanto um dos grandes espaços de contradições, que, por mais que se sustentem em cima da lógica de exploração da classe trabalhadora e oprimida, acaba por se tornar um espaço que sem fortes análises críticas, aparenta não apresentar por exemplo necessidade de organização estudantil pela defesa de pautas estudantis mesmo que internas à própria instituição, justamente por conta do desdobramento do não-amadurecimento político, promovendo o pensamento de que o mínimo de uma estrutura física para o conforto, e a não falta de professores (elementos

recorrentes em instituições públicas), conformam um todo suficiente ao desenvolvimento dos (as) estudantes, sendo que, o contexto educacional vai (deve ir) para muito além disso, como já vimos discutindo.

O movimento estudantil sempre se colocou em defesa de uma educação pública, gratuita e de qualidade. Portanto o MESS mantém firme seu posicionamento opoissor ao processo de mercantilização e multiplicação de cursos de Serviço Social sem a estrutura mínima para garantir uma formação de qualidade. Vale salientar que essa disposição do movimento estudantil está em total sintonia com o Conjunto Cfess-Cress (Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social) E ABEPSS que em sua agenda de lutas, incluíram o debate com relação à estratégia de abertura de cursos em instituições públicas, como é o caso do IFCE, para o enfrentamento a essa expansão desenfreada. (FREITAS, 2016, p. 78)

Portanto, devemos saber diferenciar e incidir quando e onde for necessário. O quadro geral que se tem é de, não há como negar, imposição de desafios devido ao acirramento das contradições de classe em detrimento da conjuntura de intensificação da ofensiva neoliberal, porém, como vimos delineando, estes momentos abrem margem também à intensificação das organizações populares.

No contexto da UNILEÃO, sendo este espaço também imerso nas contradições do sistema educacional e alimentado ainda mais pelo elemento de ser um espaço privado, se torna um destes ambientes em que a organização política estudantil, mesmo que pelas vias da organização de entidades de base representativas estudantis, via CA's – Centros Acadêmicos, por exemplo, se torna extremamente complexa e delicada. O que pode ser confirmado pela experiência pessoal de juntamente com outros (as) poucos (as) estudantes, também ligados a movimentos sociais, tentar desde o início da graduação, organizar o processo de instituição do Centro Acadêmico de Serviço Social, sem sucesso, por conta de o processo acabar sendo sempre engolido em meio às demandas de cumprimento de tabelas institucionais, além da dificuldade da conciliação da vida acadêmica com a pessoal, familiar, profissional, apesar de haver o apoio de diversos membros inclusive do corpo docente institucional.

Portanto, a formação política é um aspecto complementar e indissociável do exercício da militância, justamente por ser indispensável na luta pela emancipação humana. [...] além das particularidades que perpassam a organização estudantil nas escolas privadas, destacamos, também, a realidade objetiva dos (as) estudantes que aí estão inseridas, à medida em que, em grande parte, trata-se de estudantes que são também trabalhadores (as) e/ou mães e, em meio à sobrecarga de responsabilidades decorrentes dessa condição, acabam por terem sua participação no movimento estudantil comprometida, ou pelo menos minimizada, elementos que não podemos desconsiderar. (GUIMARÃES, 2014, p. 72)

Deve-se levar em consideração estes elementos que são concernentes às características específicas das pessoas, movimentos e espaços, pois, há uma diversidade de características que conformam as possibilidades ou não de organização política. Porém, o que se deve manter é justamente o foco na compreensão da extrema necessidade de alinhamento ao caminho trilhado até aqui, que possibilitou a construção da identidade profissional, política e organizativa do Serviço Social ao lado da classe trabalhadora.

Eixo 3 – Este momento em que vamos abrindo as últimas reflexões com base no cotidiano vivenciado no contexto do curso de Serviço Social e nas conversas com outros (as) estudantes que ainda tracejam e/ou já passaram por este caminho, pensaremos principalmente sobre a diversidade social, cultural, política dentre outros elementos que compreendem a imensa gama dos (as) sujeitos (as) enquanto seres humanos, e que, ainda configura um forte desafio haver a contemplação e atendimento às especificidades das categorias, visando a constituição de um momento em que todos possuam de fato igualdade no respeito às diversidades.

Dessa forma, não imaginamos que aqui, de maneira geral, estamos debatendo e considerando ao novo, pois, o projeto profissional e ético-político do Serviço Social em sua posição renovada de maneira crítica se coloca à disposição da defesa intransigente dos direitos da classe trabalhadora, e em favor da luta contra qualquer forma de preconceito ou discriminação.

O que entra em questão é justamente este algo, que é óbvio, porém, nunca deixou de se apresentar enquanto algo que exige imenso esforço e exercício cotidiano. Podemos considerar que a conjuntura atual nos coloca diante da necessidade da defesa do que é óbvio, a defesa de direitos básicos conquistados à custo do esforço coletivo da população que minimamente os demandam enquanto possibilidade de sobrevivência, em níveis materiais, por exemplo.

A partir daí, podemos afunilar ainda mais algumas características que são centrais, e, de certa forma já foram levantados em outros momentos deste estudo. A classe trabalhadora, englobando as grandes porções em situação de pobreza e miséria, ou sub-assalariados, ou mesmo as partes que podem ser consideradas classe média, não são unas. Em meio a todo o conjunto das pessoas, inclusive que não sejam classe trabalhadora explorada, existem especificidades que são determinantes para a constituição de diversos níveis de automática marginalização, discriminação, acometimento às mais variadas formas de preconceito e violência.

Questões que rodeiam sujeitos (as) sociais na condição de por exemplo, mulher, negro (a), LGBTTQIA+, indígenas, praticantes de religiosidades de matrizes africanas e afro-

brasileiras, carregam, automaticamente, o estigma de construções e determinações sociais que os (as) assolaram e violentaram no desenrolar das organizações da sociedade.

Para além do elemento de classe, existem estes elementos que, inclusive a partir das tradições das avaliações no contexto dos movimentos podem ser feitos, são estruturais na constituição das relações que, conformam a sociedade capitalista enquanto uma estrutura de base racista, machista/patriarcal e LGBTfóbica.

Logo, os movimentos que lutam por uma transformação social e, neste bojo, deve-se inserir também o Serviço Social (que se coloca enquanto categoria que se insere na contribuição da construção das formas de transformação social), não podem fazer uma avaliação da organização pensando o elemento de classe, sem que seja completamente imbricada no debate em relação à consideração destas opressões estruturais que, para além da classe, condiciona o aprofundamento das condições de opressão.

Os movimentos sociais, eles, precisam de um empoderamento. É uma luta pela garantia de direitos, né! Pela igualdade, pelo respeito, pela visibilidade, pela inclusão. E eu acredito que nós que fazemos parte dessas minorias que a sociedade intitula de minoria, que se a gente analisar nós somos uma grande maioria, né, negros, mulheres, LGBT's, povos de matrizes africanas, onde todo esse povo que está inserido nos movimentos sociais que são marginalizados, discriminados pela sociedade, quando essa população está ocupando os espaços da faculdade, de uma forma exclusiva e particular, no Serviço Social, é interessante saber, e colocar pra esses futuros assistentes sociais, que, dentro dos equipamentos públicos, onde a assistência social faz valer a dignidade humana, o trabalho humanizado, para com aqueles que vivem em áreas de vulnerabilidade social, que vivem diante de um preconceito, que vivem sendo amordaçados, né, e aí o assistente social que está em processo de formação acadêmica, se depara com algo até mesmo que acontece dentro da própria universidade: preconceitos, racismo, racismo religioso, enfim, todas as outras formas que diminuem e fazem dessas minorias desses movimentos sociais, dessas classes sociais precisarem de um assistente social. E o assistente social enquanto lgbt? Eu sou uma futura assistente social se Deus quiser, e eu vou ser uma mulher trans. Quer dizer que eu vou defender só a classe lgbt? Não! Eu também vou ter que olhar com os olhos de assistente social para a população negra, para a população idosa, para crianças e adolescentes, gestantes, mulheres, povos de matrizes africanas, enfim, todos eles, na condição de assistente social, mas também na condição de movimento social. Eu enquanto assistente social um dia formada, eu jamais abandonarei a militância, eu jamais abandonarei a luta, os movimentos sociais, porque ali eu vou estar fortalecendo aquele movimento enquanto assistente social, enquanto advogado, enquanto psicólogo, porque o nosso medo é que nós tenhamos em um futuro próximo, profissionais nessas áreas, quer seja na medicina, na justiça, na educação, no serviço social, na psicologia, na saúde, enfim, profissionais preconceituosos, profissionais que venham em um retrocesso. E, nós enquanto assistentes sociais, nós temos que desconfigurar, destruir, desconstruir essa forma de preconceito, embasado, claro, em cima de tudo isso que a gente estuda na faculdade, em cima da filosofia, dos teóricos, enfim. Mas, nós temos que entender que dentro do equipamento, quer seja na justiça, na saúde, na previdência, na educação e no serviço social acima de tudo, através do serviço social, nós também levantarmos a bandeira da igualdade, do respeito e de não a toda e qualquer forma de preconceito, marginalização contra aos povos, ao povo, às minorias que vivem em lugares de vulnerabilidade social. (PARTICIPANTE 5)

É importante destacar esta fala, justamente pelo sentido que remete à representatividade destes diversos elementos que constituem, como pode-se dizer, infelizmente, pré-requisitos para a inserção em um amplo rol de marginalização. E para além da colocação da fala enquanto experiência enquanto sujeita das causas pelas quais é oprimida e contra as quais luta cotidianamente, há a denúncia do que, infelizmente também não surpreende: a exposição à situações de preconceito e discriminação dentro do próprio âmbito universitário no contexto do curso de Serviço Social.

Por esta e outras questões, aqui, fez-se necessário elencar este ponto como um eixo específico. Há forte relevância neste debate, pois, a negação à posturas discriminatórias é muito bem delimitada no projeto profissional da categoria, porém, a visualização e desconstrução destes elementos tornam-se extremamente difíceis e delicados quando, fomos completamente desenvolvidos dentro de um modelo social que naturaliza e prega as mais diversas formas de preconceito, desde as mais sutis até as mais violentas. E, afirmamos novamente, o exercício de remar nesta contramão, deve ser diário.

É mais um elemento que configura forte contributo pela relação aos movimentos sociais: assim como a construção do próprio reconhecimento de classe torna-se um processo por vezes difícil, lento e gradual, e, pode ser desenvolvido de maneira extremamente mais efetiva a partir das experimentações junto às vivências da luta social dentro dos movimentos, o reconhecimento enquanto sujeitos (as) de determinadas causas, e da necessidade da luta constante contra estas opressões, de maneira que estejam ligadas em todas as outras lutas, também são possíveis de acontecer de uma maneira mais nítida pela via da organização coletiva de determinados movimentos (não se podendo também generalizar à todos os movimentos, pois, tantos destes, mesmo os que se propõe à um olhar específico à estas causas, assim como todos os espaços envoltos numa conjuntura complexa e contraditória capitalista, também carregam em si, contradições que demandam profundo amadurecimento em diversos níveis).

A entrada no curso ela se dá de uma maneira, acho que muito engessada, ao meu modo de olhar. A gente aprende um modo de teoria, né, uma teoria que fala sobre classes, lutas de classes e uma tentativa de revolução. Mas, foi dentro do movimento social, através da luta social na verdade, que eu pude vislumbrar na verdade outras maneiras de enxergar tudo aquilo que a universidade me impunha a partir de uma única perspectiva epistemológica também, uma perspectiva marxista, classista e de luta de classes, e que aos meus olhos, hoje, não nego sua teoria, mas, não abraço como uma perspectiva que hoje dentro da minha vida de militância eu levo comigo. [...] Ao adentrar ao movimento social institucionalizado e também não-institucionalizado, é que eu pude realmente vislumbrar outras perspectivas, de olhar as macro e as micro estruturas sociais, porque se sustentam através de poderes que estão ali colocados. E aí, quando eu adentro o movimento social e consigo vislumbrar isso, muitas vezes eu quebro com o que a universidade me dizia enquanto teoria, porque a universidade me falava de uma teoria de classe, de revolução de classe, de classe em si pra classe para

si, né, e como se todos fossem homogêneos, esses sujeitos sociais. E na verdade, quando eu adentro os movimentos sociais eu percebo que não é homogêneo, é heterogêneo. E há diferenças. Eu acho que alteridade, né! [...] Quando eu entro no movimento social eu consigo vislumbrar coisas que a universidade não me pautava, como: questão racial, questão de gênero, questões religiosas, que a universidade ela não me colocava, ela não me abraçava, não abarcava, e acho que ficava uma lacuna imensa nesse sentido de uma relação do que eu via na universidade, e do que agora eu tava vivenciando na universidade, enquanto sujeito negro, gay, umbandista, pobre, esses diversos atravessamentos. E aí pude visualizar diversos atravessamentos de violência, que balizam as pessoas, os sujeitos que estão principalmente na linha de frente dos movimentos sociais. E aí acho que eu pude ter uma visão mais ampla entre o que eu via na academia, e o que é de fato estar dentro e à frente de uma luta social, e de uma tentativa, na verdade, que é sempre uma tentativa, mas, de busca de efetivação de direitos e contra o sistema de opressão estrutural que se atravessam em suas diversas formas, tanto questões raciais como de gênero. [...] Dentro dessa perspectiva, eu pude de fato ter uma análise, na verdade de que, muitas coisas, o curso de Serviço Social dentro de uma instituição privada, e acho que não só por ser em uma instituição privada, acho que isso se atravessa em todo o sistema educacional, ele muitas vezes acaba deixando muitos espaços e lacunas imensas quando a gente tá inserido dentro de um contexto de confronto de projetos societários e de ideologias mesmo, e de lutas que ali se confrontam. (PARTICIPANTE 2)

Deve-se dar vistas a estas questões pois, falamos aqui na afirmação do que já colocado como legítimo. Porém, há a forte necessidade de que sejam trabalhadas de maneira intensa, atreladas em todos os debates e disciplinas, não apenas de maneira muitas vezes simplória dentro de proposições de alguns exercícios e atividades. A sensação (e materialização) de violência aos e às sujeitas (os) dessas causas será sempre perpetuada enquanto não se sentirem e não forem de fato contemplados dentro dos procedimentos e estudos acadêmicos, além de nos outros diversos espaços cotidianos.

Qualquer profissional, enquanto não tiver acesso de maneira que possa visualizar de fato como são os rebatimentos em todos os mínimos detalhes do dia-a-dia (mesmo que não seja em si), dificilmente conseguirá fazer uma relação acertada e comprometida ao lidar com estes atravessamentos sociais em meio aos seus processos de trabalho. Existem inclusive as análises com foco na teoria marxista que consegue aglomerar ainda na análise de classes a relação contínua com todos estes demais elementos, porém, enquanto não forem difundidos, a própria teoria crítica marxista, como visualizado na fala anterior, poderá acabar perdendo de certa forma sua legitimidade ou representatividade em diversos setores.

Não é uma questão restrita ao Curso de Serviço Social, ou à instituição UNILEÃO, na verdade, em relação a diversos outros cursos em outras instituições mesmo que públicas, o Serviço Social encontra-se em um estágio avançado sobre este debate, pois há o reconhecimento desta necessidade, porém, o que se faz sempre necessário, é que haja o aprofundamento e efetivação do que se há de proposição enquanto matriz teórica e ação interventiva na academia

e nos espaços sócio ocupacionais, sendo que, neste elemento, sem dúvida há muito a beber no seio das organizações coletivas junto aos movimentos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se pode sintetizar em relação aos diversos elementos inseridos nesta elaboração, é justamente o que veio sendo sinalizado desde o início do trabalho. Os elementos conjunturais presentes nas correlações de forças sociais findam por condicionar a conformação social, política, econômica, cultural. Todos estes elementos se cruzam.

O processo de renovação do Serviço Social não foi demarcadamente iniciado em um momento específico, e, de igual maneira, não foi finalizado a partir de algum evento. É uma constante caminhada, absorvendo ou driblando elementos postos na realidade social. Porém, sobre a configuração de sua postura crítica, posicionada ao lado da classe trabalhadora, não há enganos em elencar elementos essenciais ao desenvolvimento de tal característica.

A aproximação aos movimentos sociais que constituem a linha de frente na construção da resistência popular contra as diversas formas de opressão, exploração e violência aos povos, foi fundamental ao remodelamento das categorias de conformação do Serviço Social, principalmente no que se refere à ética-política. Esta ocorreu principalmente a partir das atividades e articulações ligadas ao movimento estudantil na conjuntura de desdobramentos da ditadura militar brasileira e em meio aos processos de luta pela redemocratização do país.

Ao Serviço Social e aos movimentos sociais foram, assim como a todas as categorias profissionais e populações foram colocados quadros em que a possibilidade de organização política, social, institucional ou popular foram quase que completamente engessadas, pensando o período dos ajustes neoliberais no final do século passado, e, agora, novamente com a retomada desta ofensiva dos blocos que buscam restituir sua força econômica e política em meio ao processamento do novo golpe que está em curso.

Neste meio, tanto o inter-relacionamento entre as categorias são fragilizadas, quanto cada uma de maneira isolada encontra diversos desafios para a manutenção de sua capacidade de ação. Porém, apesar das dificuldades, o que se pode observar, a exemplo de outras situações de acirramento da luta de classes, é que, os apertos proporcionados nestas conjunturas podem dar vazão, contraditoriamente ao aglutinamento de força social com a entrada de grandes porções populares no cenário de enfrentamento pelas vias das lutas sociais.

Neste sentido, o que se pode delimitar é que: os limites e as possibilidades estão postas. Caberá à organização popular a capacidade de, pela via do trabalho de base em meio aos ao povo, aglutinar o maior número possível das categorias organizadas, e também conseguindo aproximar toda a população para, de maneira massiva, acumular a força necessária, que, sabe-

se que está no povo, para que sejam desencadeados processos cada vez mais intensos de pressão aos agentes que promovem esta ofensiva conservadora, neoliberal, capitalista.

É nesta conjuntura que o Serviço Social precisa inclusive se perceber cada vez mais enquanto possível mobilizador político e social, caminhando ao lado da organização coletiva dos trabalhadores, e, se organizando internamente pelas vias dos movimentos estudantis ou mobilizando a categoria profissional junto aos órgãos de representatividade. Foi dentro dos processos de luta de houveram os maiores saldos organizativos, políticos e metodológicos no seio da categoria, logo, em momento propício ao afastamento destes espaços pelas limitações cotidianas e sistêmicas, há a necessidade de aprofundamento da afirmação da luta, alinhando-se ao seu projeto ético-político e profissional.

REFERÊNCIAS

- ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (org.). **Serviço Social e Movimentos Sociais – uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.
- BAUER, Martin W. & GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BOFF, Leonardo. **A Águia E A Galinha, A Metáfora Da Condição Humana**. 40 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BRASIL. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Lei 8662/93. 10º Edição. Brasília. Teixeira Gráfica e editora Ltda., 2012.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREITAS, Anderson Nayan S. **Formação Profissional Em Serviço Social, Organização Política Estudantil e Movimentos Sociais: particularidades acerca do ifce campus iguatu**. Monografia. Iguatu: IFCE, 2016.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais – Paradigmas clássicos e contemporâneos**. 6º ed. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- GUIMARÃES, M. C. R. **Movimento estudantil de serviço social e dilemas sociais: o desafio é (re)encantar-se**. In: Universidade e Sociedade. v. XXIII, n. 54, p. 70-81, 2014.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2008.
- NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no brasil pós-64**. 17. ed. São Paulo : Cortez, 2015.

NETTO, José Paulo. **O Serviço Social e a Tradição Marxista**. In: Revista Serviço Social & Sociedade. v. n. 30, p. 1989.

ORTIZ, F. G. **O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem e da autoimagem de seus agentes**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.